

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**ROSIMERI NAIR DE ALMEIDA DO VALE**

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: Um estudo na distribuição do Valor  
Agregado nas maiores empresas distribuidoras de energia elétrica do Brasil.**

Florianópolis

2009

**ROSIMERI NAIR DE ALMEIDA DO VALE**

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: Um estudo na distribuição do Valor Agregado nas maiores empresas distribuidoras de energia elétrica do Brasil.**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr. Darci Schnorrenberger.

**Florianópolis  
2009**

**ROSIMERI NAIR DE ALMEIDA DO VALE**

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: Um estudo na distribuição do Valor Agregado nas maiores empresas distribuidoras de energia elétrica do Brasil.**

Esta monografia foi apresentada no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota final \_\_\_\_\_ atribuída pela banca examinadora constituída pelo (a) professor (a) orientador (a) e membros abaixo mencionados.

Florianópolis, SC, dia, mês e ano da defesa.

---

Professora Valdirene Gasparetto, Dra.  
Coordenadora de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

---

Professor Darci Schnorrenberger, Dr.  
Orientador

---

Professor Loreci João Borges  
Membro

---

Professora Kamille Simas Ebsen de Paiva  
Membro

**Florianópolis  
2009**

# EPÍGRAFE

“Tudo o que acontece precisa acontecer, é o que fazemos a respeito que determina toda diferença”.

(Nora Roberts)

# DEDICATÓRIA

A meu esposo Vanderlei, meus filhos Guilherme e Rosiane e neto Arthur.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus, pela oportunidade de vivenciar tamanha experiência.

Agradeço aos meus irmãos pelo carinho e exemplos oferecidos, em especial ao meu irmão Sérgio, por sua influência indicando o rumo dos estudos.

Agradeço a meus pais Paulo e Nair (em memória), por sua retidão de caráter e pelo amor a mim dedicado.

Desejo agradecer ainda aos meus familiares pela paciência tamanha, toda vez que me encontravam lamuriando e seus carinhos me ofereciam.

Ao meu marido Vanderlei, agradeço de todo meu coração, pela presença permanente e oferecimento de seu amor, e de tal forma agradeço a Guilherme, Rosiane e Tuco simplesmente por sua existência, que me estimula melhorar a cada dia.

Agradeço ao meu orientador professor Darci Schnorrenberger, por sua dedicação e paciência na tarefa de construir este trabalho. Agradeço a todo o corpo docente da Universidade Federal de Santa Catarina em especial aos professores Loreci João Borges e Kamille Simas Ebsen de Paiva por seu empenho em avaliar e contribuir para melhoramentos deste estudo.

Agradeço a todos que fizeram parte dessa caminhada, colegas que dividiram comigo momentos que ficarão gravados em minha lembrança e, em especial agradeço aos amigos Bruno, Cínara e Deise aos quais ofereço minha amizade eterna.

## RESUMO

VALE Rosimeri Nair de Almeida do. **Demonstração do Valor Adicionado: Um estudo na distribuição do valor agregado nas maiores distribuidoras de energia elétrica do Brasil.** 2009, 72 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

Percebe-se cada vez mais, um aumento no interesse das pessoas, na postura social praticada pelas empresas. Isto quer dizer que as entidades além de desempenhar sua função econômica obtendo lucros e resultados, precisam também exercer um papel social. Pretendendo atender a necessidade de informar aos usuários que desejam não apenas observar os resultados econômicos, mas também a capacidade da empresa em gerar riqueza, e como esta a distribui, surgiu a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) parte constante do Balanço Social que, em detrimento deste, tornou-se uma publicação obrigatória através da aprovação da Lei 11.638 em 28 de dezembro de 2007. Este estudo buscou verificar a destinação do valor agregado, das maiores empresas de distribuição de energia elétrica do Brasil e com ações negociadas na BM&FBOVESPA. O trabalho constitui-se como sendo uma pesquisa descritiva usando procedimentos de pesquisa bibliográfica e análise documental com abordagem qualitativa e quantitativa e por meio de uma pesquisa levantamento foi realizada a coleta de dados. Os resultados do estudo apontam que: (i) a geração de riqueza nas empresas estudadas evoluiu positivamente; (ii) relacionado à distribuição do valor adicionado tem-se que a maior parte é distribuída ao governo e a menor parte para pessoal, houve inversão entre a distribuição para terceiros, que foi ultrapassada pela distribuição efetivada para acionistas demonstrando melhora das empresas do setor. (iii) a distribuição para governo no período apresenta crescimento constante, o elemento terceiros teve sua participação reduzida no período estudado, os elementos acionista e pessoal demonstram crescimento.

**Palavras-chaves:** Contabilidade, Valor Adicionado, Distribuição do valor agregado.

## **LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1: Matriz Utilizada na coleta de dados .....</b>	<b>18</b>
--	-----------

## **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1: Empresas da Amostra .....</b>	<b>17</b>
--	-----------

<b>Ilustração 1: Formação da Riqueza .....</b>	<b>33</b>
--	-----------

<b>Ilustração 2: Distribuição do Valor Adicionado.....</b>	<b>35</b>
--	-----------

## **LISTA DE GRÁFICOS**

<b>Gráfico 1: Geração de Riqueza por Empresa em 2003.....</b>	<b>41</b>
---	-----------

<b>Gráfico 2: Destinação do Valor Adicionado em 2003. ....</b>	<b>43</b>
--	-----------

<b>Gráfico 3 : Geração de Riqueza por Empresa em 2004.....</b>	<b>45</b>
--	-----------

<b>Gráfico 4: Destinação do Valor Adicionado em 2004 .....</b>	<b>47</b>
--	-----------

<b>Gráfico 5: Geração de Riqueza por Empresa em 2005.....</b>	<b>49</b>
---	-----------

<b>Gráfico 6: Destinação do Valor Adicionado em 2005 .....</b>	<b>51</b>
--	-----------

<b>Gráfico 7: Geração de Riqueza por Empresa em 2006.....</b>	<b>53</b>
---	-----------

<b>Gráfico 8: Destinação do Valor Adicionado em 2006 .....</b>	<b>55</b>
--	-----------

<b>Gráfico 9: Geração de Riqueza por Empresa em 2007.....</b>	<b>57</b>
---	-----------

<b>Gráfico 10: Destinação do Valor Adicionado em 2007 .....</b>	<b>59</b>
---	-----------

<b>Gráfico 11: Distribuição Média por Elemento no Período.....</b>	<b>61</b>
--	-----------

<b>Gráfico 12: Evolução da Distribuição no Período .....</b>	<b>64</b>
--	-----------



## LISTA DE SIGLAS E REDUÇÕES

Agência Nacional de Energia Elétrica.....	ANEEL
Demonstrativos Contábeis.....	DC's
Demonstração do Valor Adicionado.....	DVA
Produto Interno Bruto.....	PIB
Banco do Estado de São Paulo S.A.....	Banespa
Sistema de Telecomunicação Brasileiro.....	Telebrás
Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos.....	CMTC
Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo.....	BM&FBOVESPA
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.....	FGTS
Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.....	ICMS
Imposto sobre Produtos Industrializados.....	IPI
Programa de Integração Social.....	PIS
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.....	COFINS
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica.....	IRPJ
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico.....	CIDE
Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores.....	IPVA
Imposto Predial e Territorial Urbano.....	IPTU
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza.....	ISS
Contribuição Social sobre Lucro Líquido.....	CSLL
Juros sobre Capital Próprio.....	JCP

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1	TEMA E PROBLEMA .....	12
1.2	OBJETIVOS.....	13
1.2.1	<b>Objetivo Geral.....</b>	13
1.2.2	<b>Objetivos Específicos .....</b>	13
1.3	JUSTIFICATIVA DO ESTUDO .....	14
1.4	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	15
1.4.1	<b>Enquadramento Metodológico .....</b>	15
1.4.2	<b>Amostra do Estudo .....</b>	16
1.4.3	<b>Análise dos Dados .....</b>	18
1.5	LIMITAÇÕES DO ESTUDO .....	19
1.6	ESTRUTURA E DESCRIÇÃO DO TRABALHO.....	19
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>21</b>
2.1	RESPONSABILIDADE SOCIAL .....	21
2.1.1	<b>Responsabilidade social Interna .....</b>	23
2.1.2	<b>Responsabilidade social Externa .....</b>	23
2.2	A CONTABILIDADE E A RESPONSABILIDADE SOCIAL .....	24
2.2.1	<b>Contabilidade Social .....</b>	24
2.2.2	<b>Balço Social.....</b>	26
2.3	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	28
2.3.1	<b>Conceito de Demonstração do Valor Adicionado .....</b>	28
2.3.2	<b>Origem da Demonstração do Valor Adicionado .....</b>	30
2.3.3	<b>Valor Adicionado .....</b>	31
2.4	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR AGREGADO.....	34
2.4.1	<b>Pessoal ou Colaboradores.....</b>	36
2.4.2	<b>Governos .....</b>	37
2.4.3	<b>Capital de Terceiros ou Financiadores .....</b>	38
2.4.4	<b>Capital Próprio ou Acionistas.....</b>	39
<b>3</b>	<b>DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>41</b>
3.1	VALOR ADICIONADO ANO 2003 .....	41
3.1.1	<b>Destinação do valor adicionado por elemento – 2003.....</b>	43

3.2	VALOR ADICIONADO ANO 2004.....	45
<b>3.2.1</b>	<b>Destinação do valor adicionado por elemento – 2004.....</b>	<b>47</b>
3.3	VALOR ADICIONADO ANO 2005.....	49
<b>3.3.1</b>	<b>Destinação do valor adicionado por elemento - 2005.....</b>	<b>51</b>
3.4	VALOR ADICIONADO ANO 2006.....	53
<b>3.4.1</b>	<b>Destinação do valor adicionado por elemento - 2006.....</b>	<b>55</b>
3.5	VALOR ADICIONADO ANO 2007.....	57
<b>3.5.1</b>	<b>Destinação do Valor Adicionado por elemento - 2007.....</b>	<b>59</b>
3.6	DISTRIBUIÇÃO MÉDIA POR ELEMENTO NO PERÍODO.....	61
<b>3.6.1</b>	<b>Pessoal ou Colaboradores.....</b>	<b>62</b>
<b>3.6.2</b>	<b>Governos.....</b>	<b>62</b>
<b>3.6.3</b>	<b>Capital de Terceiros ou Financiadores.....</b>	<b>62</b>
<b>3.6.4</b>	<b>Capital Próprio, Acionistas ou Lucro Retido.....</b>	<b>63</b>
3.7	EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	64
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>66</b>
4.1	CONCLUSÕES.....	66
4.2	OPINIÃO DA PESQUISADORA.....	67
4.3	SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	68
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>69</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A concepção da sociedade de que as companhias empresariais têm como objetivo único aumentar as riquezas de seus acionistas vem diminuindo e sendo substituídas pela idéia que as empresas possuem também uma função social. Diante disso cada vez mais as empresas necessitam demonstrar suas ações voltadas ao bem estar comum e que contribuem para o meio na qual está inserida.

A contabilidade é um mecanismo útil, pois é através dela que informações provenientes das entidades, sejam elas com ou sem fins lucrativos, são geradas e transmitidas, para a sociedade, por intermédio das demonstrações financeiras. Cada vez mais as empresas necessitam se comunicar com a sociedade para demonstrar sua responsabilidade social e esta interação é possível através da Demonstração do Valor Adicionado que de forma sintética demonstra a riqueza gerada pela entidade e sua referida distribuição entre os fatores que contribuíram para tal geração de valor. No dia 28 de Dezembro de 2007, a Lei 11.638, foi publicada alterando e revogando dispositivos da Lei 6.404, conhecida como: Lei das Sociedades por Ações, datada do ano de 1976, alterações essas especialmente no que se refere aos aspectos contábeis. Entre elas, encontra-se a inserção da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) no grupo de demonstrativos contábeis obrigatórios.

A partir da entrada em vigor da referida Lei a Demonstração do Valor Adicionado passou a fazer parte juntamente com a Demonstração do Fluxo de Caixa das demonstrações obrigatórias assim como: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, e a Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido.

Por fim, um modo de as empresas interagirem com a sociedade, demonstrando sua atuação socioeconômica é através da elaboração e publicação da Demonstração do Valor Adicionado que diante da publicação da Lei 11.638/07 passou de caráter voluntário para caráter obrigatório.

### 1.1 TEMA E PROBLEMA

A Ciência Contábil procura atender às exigências informativas de seus usuários, desenvolvendo relatórios e demonstrações que informem de maneira adequada, a atuação das empresas e sua conseqüente divulgação. Dentre as demonstrações contábeis obrigatórias, a

partir do exercício de 2008, de acordo com a Lei 11.638/07, temos a DVA. Neste sentido o tema a ser desenvolvido neste trabalho é a análise da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, elaboradas e publicadas pelas empresas distribuidoras de energia elétrica no Brasil.

A DVA é uma demonstração que contém informações referentes ao desempenho da empresa na geração e distribuição social da riqueza por ela agregada e ainda informação desta mesma riqueza proporcionada na economia em que a mesma está inserida. Abona-se então, um estudo descritivo e exploratório contemplando empresas, que mesmo de forma voluntária, preocupam-se com a divulgação destas informações.

Neste contexto, em que a questão social da agregação e distribuição do valor adicionado pelas empresas tem despertado interesse crescente na sociedade em geral, elabora-se a questão que este trabalho pretende esclarecer: **Qual a destinação da riqueza gerada pelas empresas de distribuição de energia elétrica do Brasil?**

## 1.2 OBJETIVOS

Os objetivos do estudo foram delineados de acordo com a necessidade de verificar a distribuição do valor adicionado em empresas de Distribuição de Energia Elétrica .

### 1.2.1 Objetivo Geral

Verificar qual o destino da riqueza gerada pelas empresas de distribuição de energia elétrica do Brasil que atendem mais de um milhão de unidades consumidoras

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Visando alcançar o objetivo geral deste trabalho, têm-se como objetivos específicos:

- i. Identificar o valor agregado pelas empresas;
- ii. Analisar a destinação do valor agregado pelas empresas distribuidoras de energia elétrica do Brasil; e
- iii. Verificar a evolução das destinações para cada elemento.

### 1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Na qualidade de ciência social, a Contabilidade cumpre seu papel, na medida em que tem atendido às suas finalidades, proporcionando a ligação das empresas com a sociedade, e que em resposta ao crescimento da importância, atribuída pela sociedade com a Responsabilidade Social das empresas, criou a Demonstração do Valor Adicionado, que traz mais transparência sobre o que a empresa faz com os valores que agrega.

A DVA é uma demonstração de fácil leitura e conseqüentemente, de análise. Ela aponta os valores, que as empresas agregam aos produtos e/ou serviços e de que forma estes valores estão sendo distribuídos entre os elementos que participam da sua constituição. Em função da sua facilidade de compreensão, pessoas sem conhecimento técnico se tornam usuárias, abrangendo assim maior alcance no número de usuários das informações geradas pela contabilidade. Isso, de certa forma, vem demonstrar sua utilidade.

Admitindo-se a importância da demonstração utilizada no estudo tem-se que:

Algumas nações exigem que as empresas internacionais que desejem se instalar no país demonstre qual o valor adicionado que pretendem gerar. Para estes países não é interessante a empresa produzir muito importando muito, o fundamental é medir a nova riqueza gerada pela empresa (valor adicionado no país), bem como a forma de distribuição dessa riqueza (NEVES e VICECONTI, 2005, p.308).

A Demonstração do Valor Adicionado é composta de duas partes: a primeira refere-se ao cálculo dos valores a serem distribuídos. A segunda demonstra de que forma foi efetivada a distribuição dos valores adicionados pela empresa. A escolha da segunda parte da DVA, para ser investigada mais detidamente na pesquisa, justifica-se pelo da destinação da riqueza gerada pelas empresas. Objetivando avaliar como se comporta no decorrer dos anos estudados a distribuição das riquezas agregadas pelas empresas do setor elétrico e assim contemplar a participação destinada aos elementos que contribuem para constituição da riqueza distribuída na sociedade.

Almeja-se desse modo adicionar conhecimento sobre a prática social das empresas do setor investigado e abrir possibilidades futuras para o cotejamento dos resultados obtidos neste trabalho com outros, feitos em diferentes setores.

## 1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste tópico demonstra-se a metodologia a ser utilizada na pesquisa sendo apresentado o enquadramento metodológico, a forma de obtenção da amostra do estudo e na análise dos dados.

### 1.4.1 Enquadramento Metodológico

Inicialmente, visando o desenvolvimento do referencial teórico do trabalho, realizou-se uma pesquisa bibliográfica tendo por base livros, artigos científicos, revistas, jornais, monografias, e textos publicados na Internet além de documentos das empresas pesquisadas.

Pode-se classificar o trabalho como sendo uma pesquisa do tipo *Survey*, já que esse possui uma amostra definida e não a analisa em profundidade. Para Tripod *et al* (1981, p.39) este tipo de pesquisa “procuram descrever com exatidão algumas características de populações designadas”.

O presente trabalho se enquadra como uma pesquisa de natureza exploratória, que de acordo com Silva (2006, p.59), “é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado”, e também se caracteriza como uma pesquisa descritiva, pois ainda conforme Silva (2006, p.59), “a pesquisa descritiva tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis”. Assim sendo esse trabalho proporciona conhecimento do problema descrevendo como as empresas do setor elétrico brasileiro destinam o valor por elas agregado.

Quanto à abordagem do problema o estudo classifica-se como sendo tanto qualitativo quanto quantitativo. Isto porque, segundo Beuren *et al* (2006), as pesquisas com enfoque qualitativo abordam um problema visando conhecer a natureza de um fenômeno social. Por outro lado, Silva (2006) argumenta que a pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser quantificado. Isto significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Assim, por buscar tanto verificar a evolução quanto o grau de evidenciação da distribuição das riquezas agregadas, esta pesquisa possui este caráter de abordagem quali e quantitativa.

A coleta de dados está baseada na pesquisa levantamento que incide segundo Silva (2006, p.56), “na coleta de dados referentes a uma dada população com base em uma amostra selecionada de forma clara e direta, dos quais se objetiva saber o comportamento”.

A fonte de pesquisa de tais informações caracteriza-se como sendo secundária, pois foram utilizados dados coletados nos Relatórios da Administração e Notas Explicativas divulgados pelas empresas participantes da amostra definida para o estudo. Conforme Richardson (1999) tem-se que os dados secundários são aqueles obtidos de obras bibliográficas ou de relatórios sobre o tema.

Como a DVA, tornou-se uma demonstração obrigatória a partir da Lei nº.11.638/07, variadas são as formas de divulgação das mesmas e também dos itens contidos na subdivisão dos elementos que participam da distribuição. Sendo então por esse motivo que no presente trabalho utilizam-se os valores encontrados sem discriminar os subitens, apenas alocando-os em suas devidas categorias gerais. Sobre a referida divisão dos elementos participantes da distribuição dos valores adicionados temos conforme o Comitê de Pronunciamentos Contábeis que: a segunda parte da DVA deve apresentar como a riqueza obtida pela entidade foi distribuída. Os principais componentes dessa distribuição estão apresentados a seguir: Pessoal; Impostos, Taxas e Contribuições; Remuneração de Capitais de Terceiros e Remuneração de Capitais Próprios. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC\_09, 2008, p.11).

Tem-se ainda segundo Santos (2003 p. 36) que “a distribuição será apresentada entre os detentores de capitais, acionistas e financiadores externos, os trabalhadores, destacando-se os salários e encargos e, finalmente a parte destinada ao governo [...]”.

Observe-se que, no que tange a elaboração e a constituição da primeira parte da demonstração estudada, onde consta o cálculo do valor a distribuir, esclarece-se que, os dados coletados foram o valor da receita e o valor adicionado total a distribuir, para através dos mesmos encontrar o índice de geração de valor agregado por cada empresa. O foco principal desta pesquisa está voltado para escala percentual das distribuições efetivadas.

#### **1.4.2 Amostra do Estudo**

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) em seu *site*, no dia 16 de Março de 2008 classificava as empresas por unidades consumidoras atendidas. Como critério de classificação, ela define que as maiores empresas são as que atendem acima de um milhão de consumidores. Esse foi o critério adotado para a definição da amostra juntamente com o



critério de possuir ações na BM&FBOVESPA. Assim, a amostra inicial ficou em 16 empresas.

Das 16 empresas, inicialmente escolhidas, para compor a amostra uma foi excluída, trata-se da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) do Estado do Rio Grande do Sul, por não possuir ações negociadas na BM&FBOVESPA. A empresa não continha relatórios no site de coleta de dados, ou seja, não possuía o mesmo padrão de relatórios, sendo assim optou-se por sua exclusão e a amostra inicial ficou reduzida em 15 empresas.

Ressalta-se, que para obter uma qualidade maior e também uma homogeneidade no estudo as empresas da amostra que nos documentos analisados não divulgaram, em um ou mais anos, os dados pertinentes para realização deste trabalho também foram excluídas para não comprometer os resultados. As empresas enquadradas nesta situação são a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A (SP), que não divulgou os dados nos anos de 2003, 2004 e 2007; a empresa Light Serviços de Eletricidade S/A (RJ), cujos dados de 2007 não foram encontrados; a empresa Ampla Energia e Serviços S/A (RJ), cujos dados pertinentes ao presente estudo não foram encontrados no ano de 2007; e por fim, a empresa Companhia Energética de Goiás que não possuía dados referentes a 2003 divulgados.

Diante do exposto e das exclusões citadas, a amostra final ficou definida em 11 empresas distribuidoras de energia elétrica brasileiras, conforme quadro a seguir:

	<b>EMPRESA</b>	<b>ABREVIÇÃO</b>	<b>UF</b>
01	Companhia Energética de Minas Gerais	CEMIG	MG
02	Elektro Eletricidade e Serviços S/A	ELEKTRO	SP
03	Companhia Paulista de Força e Luz	CPFL	SP
04	Companhia Paranaense de Energia	COPEL	PR
05	Companhia Energética do Ceará	COELCE	CE
06	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	COELBA	BA
07	Companhia Energética de Pernambuco	CELPE	PE
08	Centrais Elétricas do Pará S/A	CELPA	PA
09	Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A	CELESC	SC
10	Bandeirante Energia S/A	BANDEIRANTE	SP
11	Companhia Piratininga de Força Luz	PIRATININGA	SP

**Quadro 1: Empresas da Amostra**

**Fonte: Adaptado site ANEEL**

O período de informações coletadas está entre os anos de 2003 até 2007, a fonte de pesquisa utilizada para coleta foi o site da BM&FBOVESPA, que disponibiliza para toda sociedade estas informações não sendo necessário sigilo quanto ao nome das empresas estudadas.

### 1.4.3 Análise dos Dados

Para analisar a documentação das empresas participantes do estudo, será usada a pesquisa documental, pois conforme Gil (1991) existe os documentos de primeira mão, como os documentos conservados em órgãos públicos e instituições privadas, e os que de alguma forma já foram analisados tais como: relatórios de pesquisa; relatórios de empresas; tabelas estatísticas e outros.

Primeiramente, foi feita leitura nos Relatórios de Administração e Notas Explicativas divulgadas por todas as empresas que fazem parte da amostra escolhida buscando conhecer quais delas fazem uso da divulgação da DVA, para demonstrar a distribuição de seus valores agregados.

De posse das informações supracitadas, se efetivou uma releitura dos documentos, visando obtenção dos dados referentes à distribuição do valor adicionado propriamente dito.

Para ser possível um estudo amplo da evolução da distribuição dos valores agregados pelas empresas da amostra, optou-se por um intervalo temporal que se inicia no ano de 2003 sendo finalizado no ano de 2007.

Na busca pelos índices, referentes à quantidade de valor adicionado destinado a distribuição, calculou-se o valor distribuído por cada empresa participante deste estudo através do quociente entre o valor adicionado total a distribuir e o valor da receita que é o primeiro item da DVA, a diferença entre o percentual distribuído e a receita refere-se aos insumos adquiridos de terceiros e depreciação, amortização e exaustão.

A tabela seguinte demonstra como foram tabulados os dados encontrados nos Relatórios de Administração e Notas Explicativas das empresas analisadas:

**Tabela 1: Matriz Utilizada na coleta de dados**

<b>MODELO</b>		
<b>EMPRESA</b>	<b>ANO</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Valor (mil. R\$)</b>	<b>%</b>
Receita	2.973.938	-
Valor Distribuído	1.597.155	53,71%
<b>DESTINAÇÕES</b>		
Pessoal/Colaboradores	227.472	14,24%
Governos	1.000.677	62,65%
Financiadores/Terceiros	200.817	12,57%
Acionistas/Lucros Retidos	168.189	10,53%
<b>Totais</b>	<b>1.597.155</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte: Elaboração da autora**

Por fim, fez-se a junção dos dados tabulados, a fim de verificar como se apresenta no decorrer dos anos a distribuição entre os elementos que participam da criação da riqueza gerada pelas empresas.

Os dados encontrados foram reunidos em intervalo de tempo iguais, para não haver diferenciação na quantidade de dados coletados entre as empresas e assim não comprometer os resultados.

## 1.5 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Conforme ressaltado anteriormente, o presente estudo é de cunho bibliográfico e análise documental. Para tanto se faz necessário informar a delimitação do campo de análise, assim sendo, a parte relativa à maneira pela qual é obtido o valor adicionado não será incluído no trabalho, pois o objetivo do trabalho é verificar a distribuição desses valores entre os elementos gerais participantes que são eles: empregados, financiadores, governo e acionistas.

A presente pesquisa tem como amostra final, 11 (onze) empresas de distribuição de energia elétrica, que atendem acima de um milhão de consumidores localizadas em diferentes regiões do Brasil, logo, as conclusões decorrentes desta pesquisa terão sua utilidade restrita às empresas da amostra não podendo, portanto, ser generalizadas.

O presente estudo está limitado a análise das demonstrações referente aos anos de 2003 a 2007.

## 1.6 ESTRUTURA E DESCRIÇÃO DO TRABALHO

Esta pesquisa está estruturada em quatro capítulos, apresentando um estudo sobre a distribuição do valor adicionado dentre as empresas do setor de distribuição de energia elétrica do Brasil.

No primeiro capítulo, apresenta-se o problema, os objetivos, a justificativa, a metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa e as delimitações do estudo.

No segundo capítulo, apresenta-se a fundamentação teórica, delineando os estudos existentes sobre o tema com aspectos pertinentes à Demonstração do Valor Adicionado. Este capítulo está dividido em: Responsabilidade Social, A Contabilidade e a Responsabilidade Social, Demonstração do Valor Adicionado e Distribuição do Valor Agregado.

No terceiro capítulo apresenta-se e analisam-se os dados coletados das empresas que compõem a amostra da pesquisa contendo o ajuste necessário para consecução do objetivo de observar o comportamento da distribuição do valor adicionado, entre as empresas.

Por fim, no último capítulo apresentam-se as conclusões e recomendações para futuras pesquisas, seguidas das referências utilizadas na realização dessa pesquisa.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo serão apresentados alguns conceitos e características, para melhor entendimento do assunto, os tópicos abordados estão dispostos da seguinte forma: Responsabilidade Social, A Contabilidade e a Responsabilidade Social, Demonstração do Valor Adicionado e Distribuição do Valor Agregado.

### 2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL

Cada vez mais, percebe-se um aumento no interesse dos indivíduos na postura social das empresas, isto quer dizer que a entidade além de desempenhar seu papel econômico e financeiro obtendo lucros e resultados, precisam também exercer um papel social.

Neste sentido Tachizawa (2002, p.209) afirma que:

A responsabilidade perante a sociedade é enfatizada por princípios Empresariais que estabelecem o compromisso dos colaboradores com a comunidade em que a empresa atua. Tal postura reforça o comportamento ético, assegurando o cumprimento da legislação e da regulamentação governamental em um contexto de permanente interação com a comunidade.

As informações sobre a gestão e atuação das empresas em relação à área social vêm ganhando destaque, tendo em vista que a responsabilidade social começa a ser informada por muitas empresas. De Luca (1998, p.17) comenta que:

O conceito de responsabilidade social é muito discutido. Sabe-se que a empresa, além de um agente econômico com a missão de produzir riqueza, é também um agente social e, como um dos componentes da sociedade, deve prestar contas aos demais. A sociedade vem, cada vez mais, exigindo respostas aos problemas socioeconômicos decorrentes do desempenho das empresas.

Para conceituar uma empresa com responsabilidade social o Instituto Ethos (2008), criado em 1998, afirma que esta será aquela que for além de sua obrigação de respeitar as leis, pagar seus impostos e observar as condições de segurança e saúde de seus trabalhadores e ainda que a empresa faça isso por acreditar que assim será melhor e estará contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa.

Conforme Vieira (2008, p.12) “Atuar com responsabilidade corporativa tem sido cada dia mais alvo de constantes discussões das equipes responsáveis pelo desenvolvimento da estratégia empresarial.” Justificando o raciocínio a mesma autora afirma que: “Afinal, a sociedade em seus diversos segmentos, pressiona as empresas a atuarem valorizando o

compromisso com as questões sociais”. A autora ainda informa: “Ignorar esta pressão é incorrer no risco de fracasso nos negócios”.

Alday e Pinochet (2003) acrescentam a idéia de continuidade ao conceito de responsabilidade social, afirmando que não se trata apenas de um conjunto de ações isoladas dentro de uma organização e sim de uma série de atividades organizadas, com esforços e recursos planejados para atender a uma determinada causa do problema.

Nos últimos anos muito se tem questionado sobre a atuação das empresas em relação ao bem-estar social. Tem-se solicitado delas uma responsabilidade social corporativa, que pode ser definida como “uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social” (INSTITUTO ETHOS, 2008).

A responsabilidade social pode ser vista, portanto, como a harmonia dos objetivos empresariais e sociais já que estes estariam interligados ou, nas palavras de Drucker (2001, p. 84), uma “vez que as instituições só podem existir dentro de um ambiente social e são, de fato, órgãos da sociedade, tais problemas sociais as afetam”. O autor afirma assim que é difícil existir uma organização saudável numa sociedade doente.

Drucker (2001, p. 84) conclui que cedo ou tarde a sociedade vai considerar qualquer impacto causado como sendo um ataque à sua própria integridade e vai cobrar um preço alto daqueles que não tomaram para si, a responsabilidade de trabalhar para eliminar o impacto ou para descobrir uma solução para o problema.

Reis e Medeiros (2007, p.32) explicam que:

[...] um comportamento socialmente responsável por parte da empresa até pode gerar custos financeiros, o que poderia no curto prazo, representar um argumento desfavorável à responsabilidade social das empresas. Mas em função de expectativas da sociedade em relação às empresas cumprirem seu papel social, essa atitude melhora a imagem pública da empresa, que é valorizada junto à sociedade, o que também contribui para o alcance de seus objetivos de longo prazo, ou seja, ser socialmente responsável, nessa ótica, contribuiu para a melhoria do desempenho econômico e sustentabilidade do negócio.

A maneira de contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade menos desigual, mais justa e com maiores condições de acesso a produtos e serviços, resultando em sustentabilidade da sociedade, do ponto de vista social e econômico, e maior sustentabilidade do próprio negócio é planejar e gerir os negócios de maneira ética e responsável, respeitando valores e direitos. (REIS e MEDEIROS, 2007).

Após conhecer alguns conceitos sobre responsabilidade social deve-se vislumbrar a divisão que se pode encontrar a respeito do tema e para tanto seguem breves conceituações de responsabilidade social interna e externa.

### **2.1.1 Responsabilidade social Interna**

No ambiente interno das empresas as práticas sociais afetam seus trabalhadores principalmente no que se refere à questão de salários, porém não somente, pois uma boa política de recursos humanos é bastante vantajosa e demonstra a responsabilidade social interna da instituição.

Buneder (2001, p.12) afirma que:

O bem-estar emocional dos funcionários por estarem participando, fazendo, realizando é a principal conquista das empresas. Isso melhora o relacionamento dentro da companhia, as relações humanas dão um salto de qualidade, porque os colaboradores se sentem participantes e mais ativos, ao trabalhar pela diminuição das dificuldades dos outros. O resultado é um ambiente muito melhor no relacionamento entre os funcionários, o que se reflete no aumento de produtividade. Essas ações só enobrecem as companhias. Eu acho que é um círculo virtuoso, de coisas boas.

De acordo com a Comissão das Comunidades Européias (2001) as práticas de recrutamento responsáveis são ações fundamentais para redução do desemprego, desde que não sejam discriminatórias. Isto porque, facilitará a contratação de pessoas oriundas de minorias étnicas, trabalhadores com idade mais avançada, mulheres, desempregados de longo período e pessoas com alguma desvantagem no mercado de trabalho.

### **2.1.2 Responsabilidade social Externa**

Numa realidade de investimentos multinacionais, a responsabilidade social deve também estender-se para além das fronteiras territoriais. A responsabilidade social ultrapassa, portanto a esfera do âmbito da empresa envolvendo outras partes que não as pessoas diretamente ligadas ao ambiente interno da companhia como: clientes, fornecedores, autoridades públicas ou organizações não governamentais (ONG's). Nesse sentido, de acordo com a Comissão das Comunidades Européias (2001, p.12):

A responsabilidade social das empresas traduz-se também numa integração adequada da empresa na respectiva envolvente local, seja na Europa ou a nível internacional. As empresas dão um contributo para a vida das comunidades locais em termos de emprego, remuneração, benefícios e impostos. Por outro lado, as

empresas dependem da salubridade, estabilidade e prosperidade das comunidades onde operam.

Quanto à responsabilidade, Donaire (1995) afirma que as organizações têm-se envolvido em preocupações de caráter político social, como a proteção ao consumidor, controle da poluição, segurança e qualidade dos produtos, defesa de grupos minoritários entre outros aspectos mais amplos.

Escrevendo sobre mudança de hábitos ocorridos nos dias atuais Vieira (2008, p.15) afirma que:

[...] os consumidores, grandes responsáveis pela manutenção das atividades das empresas também estão mudando seus hábitos. Hoje não só a qualidade e o preço atraem o consumidor, ele está cada vez mais preocupado em adquirir produtos elaborados por empresas que tenham um histórico de compromisso social.

Tenório (2006, p.37) ressalta que “Atualmente, os indicadores de responsabilidade social corporativa, mais utilizado pelas empresas são: o balanço social, a demonstração do valor adicionado e as certificações de responsabilidade.” Sendo o segundo item componente maior deste trabalho.

Diante do exposto percebe-se que as empresas estão se tornando mais envolvidas com as questões referentes à responsabilidade social e preocupando-se inclusive com o meio em que estão inseridas.

## 2.2 A CONTABILIDADE E A RESPONSABILIDADE SOCIAL

Nesse tópico demonstra-se a ligação existente entre a contabilidade e a responsabilidade social.

### 2.2.1 Contabilidade Social

A Contabilidade nasceu, a milhares de anos, da necessidade do ser humano em registrar e controlar seu patrimônio, visando a conhecer seus bens e suas obrigações. Segundo Marion (2003, p.26):

“Contabilidade surgiu basicamente da necessidade dos donos de patrimônio que desejavam mensurar, acompanhar a variação e controlar suas riquezas. Daí pode-se afirmar que a contabilidade surgiu em função de um usuário específico, o homem proprietário de patrimônio que, de posse das informações contábeis, passa a conhecer melhor a “saúde” econômico-financeira de sua empresa, tendo dados para propiciar a tomada de decisão mais adequada”.



Ao longo dos séculos, a função de apenas registrar e elaborar as demonstrações contábeis foi se sofisticando. Novas demandas surgiram e fizeram com que a contabilidade fosse utilizada, inclusive para conscientizar os gestores sobre a importância de atender a visão social da empresa e da sociedade.

Lopes de Sá (2003) evidencia que a ótica contábil está dando lugar a estudos nas áreas sociais e humanas e também nas visões relativas ao meio ambiente.

Uma das funções da contabilidade é fornecer informações relevantes para auxiliar na tomada de decisão e a Contabilidade Social, um dos ramos da Ciência Contábil, incorpora aspectos sociais. Corroborando com esta afirmação Kraemer (2008, p.2) afirma que:

[...] as entidades têm incluído a Contabilidade Social, ramo da contabilidade que incorpora distintos aspectos sociais, como a de recursos humanos, do meio ambiente, e de caráter ético. São muitos os benefícios dados pela contabilidade social e a idéia é fazer com que as empresas se unam a ela, para que a Contabilidade Social consiga sua efetivação e êxito.

Lopes de Sá (2003) define a “Contabilidade Social como sendo o estudo do conhecimento do movimento circulatório de riquezas entre a célula social e a sociedade, onde procura trazer os aspectos de tal interação, mas sem esquecer a função da empresa frente à sociedade”.

Segundo Iudícibus (1997, p. 26), a contabilidade social é uma variante da abordagem sociológica da contabilidade que “consiste em ampliar a evidenciação contábil para incluir informações sobre níveis de emprego da entidade, tipos de treinamento, demonstração do valor adicionado etc.”.

Para Martins (1999, p.5) “[...] a Contabilidade Social pode ser visualizada como uma parte da ciência contábil que procura estudar os reflexos das variações patrimoniais nas empresas, na sociedade e no meio ambiente”.

Kroetz (1999, p.34) afirma que:

[...] genericamente, a Contabilidade Social visa criar uma sistema capaz de inventariar, classificar, registrar, demonstrar, avaliar e explicar os dados sobre a atividade social e ambiental da entidade, de modo que no final de cada exercício em qualquer momento se possam preparar informes como o Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado.

Verifica-se por fim que a contabilidade social visa demonstrar como a entidade vem tratando assuntos ligados à sociedade de modo geral e para tanto elaborou um instrumento denominado Balanço Social, que permite verificar a situação da empresa em tal campo.

## 2.2.2 Balanço Social

O Balanço Social constitui-se num instrumento capaz de demonstrar a ligação existente entre a contabilidade e a responsabilidade social. É um demonstrativo de elaboração não obrigatória, mas relevante para a organização e a sociedade.

Ressaltando a importância do Balanço social, Vieira (2008, p.15) escreve:

[...] faz-se necessário afirmar que o Balanço Social passou a fazer parte do pensamento estratégico das empresas. Trata-se de um legítimo instrumento de marketing social que contribui para a imagem da organização e corrobora para a melhoria da imagem de seus produtos, garantindo assim a sobrevivência num mercado cada vez mais predador.

Segundo Reis e Medeiros (2007, p.75), o balanço social é um demonstrativo técnico-gerencial que apresenta informações sobre a atuação social da empresa em relação aos programas sociais para os empregados (benefícios), entidades de classe, governo (impostos) e cidadania (meio ambiente) e permite que os agentes econômicos verifiquem essas ações e as relacionem com o desempenho econômico-financeiro da empresa.

De acordo com Vieira (2006, p.69) “o Balanço social tem como base de sustentação tornar público como a empresa encara sua responsabilidade social, mostrando com transparência, para o público em geral, o que efetivamente está realizando na área social”.

Apesar de não ser obrigatório o balanço social é publicado anualmente pelas empresas, o balanço social pode ser também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa. Sua principal função é tornar pública a responsabilidade social da empresa, e construir maiores vínculos entre ela, a sociedade e o meio ambiente. (BALANÇO SOCIAL, 2007).

O Balanço Social avalia as relações ocorridas entre o resultado da empresa e a sociedade. Segundo Tinoco (1984, p.23), o Balanço Social é um instrumento de gestão e informação que visa reportar, de forma mais transparente possível, informações econômicas, financeiras e sociais do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários da informação, e dentre estes usuários estão os trabalhadores.

De acordo com De Luca (1998), foi na década de 1960, nos Estados Unidos, que a Sociedade começou a questionar a responsabilidade social das empresas. A guerra do Vietnã deixou visíveis as necessidades da população, transformando suas ideologias e prioridades. Segundo a mesma autora, naquela época, surgiram movimentos sociais na Europa,

principalmente na França. Movimentos estes que solicitavam informações sobre condições de trabalho, sendo, portanto este, o primeiro país a elaborar e a publicar o Balanço Social.

No Brasil, afirma De Luca (1998), os primeiros relatórios publicados foram na década de 1980 e não havia um modelo a ser seguido. Kroetz (2000) relata que, no ano de 1997, Herbert de Souza (Betinho, 1935-1997) lançou uma campanha nacional pedindo a publicação do Balanço Social e justificando a necessidade de adequação dos modelos internacionais à realidade brasileira.

Para Perotoni e Cunha (1997, p.13) o “Balanço Social é um conjunto de informações econômicas e sociais, que tem por objetivo a divulgação de informações sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas e sua atuação em benefício da sociedade”.

Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000, p.31) afirmam que:

O Balanço Social tem por objetivo demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio que está inserida. Possui quatro vertentes: o Balanço Ambiental, o Balanço de Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado e Benefícios e Contribuições à Sociedade em Geral.

Dentre as quatro vertentes acima apresentadas, apenas a que trata da Demonstração do Valor Adicionado será abordada por ser o foco do presente estudo.

O Balanço Social destina-se a atender as novas exigências dos usuários interessados nas informações acerca da responsabilidade social das organizações e torna público a partir de sua publicação o tratamento por parte das empresas a respeito do assunto. Corroborando com tal informação Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000, p.31) afirmam que:

Embora não haja qualquer exigência legal quanto à divulgação do Balanço Social, as empresas são continuamente e crescentemente solicitadas a informarem sua política em relação ao meio ambiente, via exigência de sistemas de gerenciamento ambiental, Relatórios de Impactos Ambientais, (...).

Diante das colocações feitas, vê-se que o Balanço Social representa um meio para conferir os resultados da entidade na área sócio-econômica e que permite avaliar e informar os fatos sociais vinculados à empresa, tanto interna quanto externamente.

Intimamente ligada ao Balanço Social está a Demonstração do Valor Adicionado, sendo, portanto este o próximo tema a ser abordado, já que esta demonstração figura como sendo componente principal do presente estudo.

## 2.3 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Neste tópico pretende-se demonstrar pontos considerados importantes sobre a Demonstração do Valor Adicionado a fim de ampliar o conhecimento a respeito desta importante demonstração contábil.

### 2.3.1 Conceito de Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado evidencia o montante de riqueza gerado pela empresa e para onde esta é destinada. Para Quintana e Martins (2008, p.01) “No aspecto social e econômico, a ciência contábil tem a seu lado a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), a qual é uma maneira de analisar e evidenciar o desempenho econômico e social das empresas”.

Conforme Neves e Viceconti (2005, p.307) “Valor Adicionado ou Valor Agregado representa a riqueza criada por uma entidade num determinado período de tempo (normalmente, um ano). Podemos afirmar que a soma das importâncias agregadas representa, na verdade, a soma das riquezas criadas”.

Os mesmos autores afirmam ainda, que o demonstrativo indica de forma clara e precisa a parte da riqueza que é destinada aos sócios ou acionistas, aos demais capitalistas que financiam a entidade (capital de terceiros), aos empregados, e finalmente a parte que fica com o governo. (NEVES e VICECONTI, 2005).

Com a finalidade de conceituar e demonstrar os objetivos da Demonstração do Valor Adicionado Marion e Reis (2006, p.247) afirmam:

- Informar o valor da riqueza criada e o valor e a natureza dos custos agregados pela empresa ao valor dos insumos adquiridos;
- Informar a quem foi destinada essa riqueza criada (ou agregada), empregados, investidores, governo, financiadores etc.

Ressaltando a importância da Demonstração do Valor Adicionado, Reis (2006) lembra que uma das formas de se avaliar a riqueza de um país, é por meio do cálculo do valor adicionado. O PIB (Produto Interno Bruto) é justamente o somatório do valor adicionado por todas as entidades econômicas do país em um determinado período. Portanto quanto maior o número de empresas que elaborem o demonstrativo em questão mais corretas e precisas serão as medições desses agregados macroeconômicos, tão importantes para a definição das políticas governamentais.

A metodologia contábil é diferente da metodologia econômica, relacionado a isso Santos(2003, p.32) afirma “a Contabilidade parte do valor as vendas, enquanto a Economia, no critério utilizado pelo IBGE, considera o valor da produção”.

De acordo com Neves e Viceconti (2005, p.308) o valor agregado e sua efetiva distribuição podem decidir sobre a concessão ou não de incentivos fiscais pelo município ou estado, tendo em vista que a obtenção e distribuição do valor adicionado (agregado) representam o valor da efetiva riqueza produzida e distribuída pela empresa provocando, dessa forma, crescimento econômico efetivo na área municipal ou estadual.

Esclarecendo sobre a importância da Demonstração do Valor Adicionado e corroborando com os autores citados acima, Reis (2006, p.128) afirma que:

Alguns estados ou municípios, na análise de instalação de empresas em suas áreas, para concessão de alguns benefícios - doação de terrenos, isenção ou redução de impostos etc.- levam em consideração alguns fatores que esses investimentos provocarão como a disponibilização de vagas para empregos diretos e indiretos, o montante dos impostos, taxas e contribuições que entrarão para os cofres públicos, o montante da riqueza que será gerada e contribuirá para o desenvolvimento local e regional etc.

Isto se deve ao fato de que esta demonstração fornece uma visão bem abrangente sobre a real capacidade de uma sociedade produzir riqueza (no sentido de agregar ou adicionar valor em seu patrimônio) e também sobre a forma como distribui essa riqueza entre os diversos fatores da produção (trabalho, capital próprio e de terceiros e governo).

Segundo Ribeiro e Lisboa (1999, p.18) a análise da Demonstração do Valor Adicionado promove a identificação da contribuição que a empresa gera para a sociedade da seguinte maneira:

A análise da distribuição do valor adicionado identifica a contribuição da empresa para a sociedade e os setores por ela priorizados. Este tipo de informação serve para avaliar a *performance* da empresa no seu contexto local, sua participação no desenvolvimento regional e estimular ou não a continuidade de subsídios e incentivos governamentais. E, em um contexto maior, pode servir de parâmetro para definição do comportamento de suas congêneres.

Martins (1997) define mais amplamente quando afirma que a DVA é uma explanação de como foi criada a riqueza da empresa e como esta a distribuiu entre fornecedores de capital, recursos humanos e governo. Então se vê a parte da riqueza criada que cabe aos primeiros na forma de financiadores (via juros e aluguéis), de sócios (via dividendos e lucros retidos) e de detentores de tecnologia (via *royalties*); aos recursos

humanos via seus salários, gratificações, honorários, participações nos resultados etc.; e finalmente ao governo via tributos, diretos e indiretos.

Depois de conhecer os conceitos de Demonstração do Valor Adicionado mais difundidos e aceitos, fica a necessidade de entender um pouco mais a respeito da origem desse instrumento importante para divulgação da atuação das entidades.

### 2.3.2 Origem da Demonstração do Valor Adicionado

Foi durante o crescimento de popularidade, acontecido nos anos 70, que a DVA foi considerada, em muitos países europeus, como uma ferramenta para a divulgação de informações para a sociedade. Não somente os acadêmicos, mas especialmente os comitês e institutos contábeis, passaram, então, a preocupar-se com as proposições para a apresentação da DVA (CUNHA, 2002, p. 48).

Em vários países da África e na Índia, a DVA é considerada um relatório com informações tão relevantes que é exigida sua apresentação de qualquer empresa que queira se instalar em seu território, para avaliar quanta riqueza ela é capaz de criar dentro do país. Para eles, pouco adianta quem vende muito, mas também compra muito (a exemplo de algumas montadoras de automóveis), pois estão gerando pouca riqueza nova (MARTINS, 1997).

No Brasil, a preocupação e constatação da relevância deste demonstrativo começou a ganhar força, no final dos anos 80 e início da década de 1990. E, de acordo com Vieira (2008, p.14) no ano 1991, a empresa Telebrás publicou a primeira Demonstração do Valor Adicionado. Em 1992 a extinta Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos – CMTC e o Banespa também publicaram suas primeiras Demonstrações do Valor Adicionado.

Estas ainda eram iniciativas voluntárias e isoladas das empresas. A obrigatoriedade ainda não era uma realidade. Porém, a partir do advento da Lei 11.638 de 28 de Dezembro de 2007, esta demonstração foi inserida no rol das demonstrações contábeis obrigatórias. Esta previsão legal encontra-se no artigo 188 da Lei 6.404 de 15 de Dezembro de 1976, alterada pela Lei 11.638. Nele consta qual deve ser o conteúdo mínimo da DVA. Ela deve conter o valor da riqueza gerada pela companhia e a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza. A referida lei assim dispõe:

[Art. 188.](#) As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 desta Lei indicarão, no mínimo:  
I – demonstração dos fluxos de caixa – as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos:

- a) das operações;
- b) dos financiamentos; e
- c) dos investimentos;

II – demonstração do valor adicionado – o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída. “Reserva de Lucros a Realizar”(NR).

O foco deste trabalho está voltado para a parte da distribuição da riqueza gerada pela empresa e evidenciada pela DVA, portanto este é o próximo item a ser estudado.

### 2.3.3 Valor Adicionado

Este trabalho tem seus objetivos direcionados para a distribuição do valor adicionado, ou seja, a segunda parte da DVA, porém para melhor entendimento segue breve esclarecimento sobre a primeira parte desta demonstração.

Conforme De Luca (1998, p.17) valor adicionado corresponde:

[...] a remuneração dos esforços desenvolvidos para a criação da riqueza da empresa. Esses esforços são, em geral, os empregados, que fornecem a mão-de-obra, os investidores, que fornecem o capital, os financiadores, que emprestam recursos e o governo, que fornece a lei e a ordem, infra-estrutura socioeconômica e os serviços de apoio.

O valor adicionado bruto é calculado através da diferença entre as vendas brutas e o total dos insumos adquiridos de terceiros os quais são: o custo da mercadoria vendida, a matéria prima, outros materiais consumidos e ainda serviços adquiridos de outras empresas etc. (MARTINS, 1993).

Sobre o cálculo do valor adicionado, Iudicibus e Marion (1999, p.78), relatam:

Ao subtrair das vendas todas as compras de bens e serviços, teremos o montante de recursos que a empresa gera para remunerar salários, juros, impostos e reinvestir em seu negócio. Esses recursos financeiros gerados levam-nos a contemplar o montante de valor que a empresa está agregando.

O valor adicionado pode ser calculado, de maneira genérica, pela diferença entre o valor das vendas brutas, já deduzido o valor correspondente das devoluções das vendas e dos descontos concedidos, e o valor total dos insumos adquiridos de terceiros como a matéria prima, insumos consumidos e serviços adquiridos de terceiros (NEVES e VICECONTI, 2005).

Para o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC-09 (2008), na primeira parte da DVA, deve constar a apresentação da riqueza criada pela entidade seguindo, portanto os seguintes itens:

- Receitas;
- Insumos Adquiridos de Terceiros e;
- Valor adicionado recebido em transferência.

Ainda conforme o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC-09 (2008), os itens citados acima devem ser subdivididos como segue:

Nas Receitas inclui-se a Venda de mercadorias, produtos e serviços com seus valores brutos, ou seja, sem a dedução dos impostos como o ICMS, IPI, PIS e COFINS. Incluem-se também os valores correspondentes a Outras receitas da mesma forma aplicada ao anterior e ainda, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa seja quando da constituição ou da reversão dos valores desta provisão.

Os Insumos Adquiridos de Terceiros são formados pelos Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos não incluídos os gastos com pessoal próprio, pois estes constam na distribuição do valor adicionado. Incluem-se também os valores correspondentes a materiais, energia, serviços de terceiros e outros valores estes relativos às despesas originadas, da utilização desses bens, incluídos os tributos incorridos no momento da compra. Neste item ainda tem-se o subitem Perda e recuperação de valores ativos referente a ajustes. Por fim inclui-se a Depreciação, amortização e exaustão contabilizadas no período.

Compondo o item Valor Adicionado Recebido em Transferência tem-se o Resultado da Equivalência Patrimonial que pode ser receita ou despesa, se despesa deve ser considerado como redução ou valor negativo. Incluem-se as Receitas Financeiras independente de sua origem e por fim têm-se as Outras receitas que inclui os dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo, os aluguéis, os direitos de franquia entre outros.

A principal fonte de informações para elaboração da Demonstração do Valor Adicionado é a Demonstração do Resultado do Exercício, corroborando com tal afirmação tem-se o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC-09(2008, p. 2) que afirma no item 2 onde apresenta os objetivos do pronunciamento: “[...] seus dados, em sua maioria, são obtidos principalmente a partir da Demonstração do Resultado.”

Conforme De Luca (1998, p.44): “A maioria dos valores que compõem a demonstração do valor adicionado é obtida de contas utilizadas pela própria contabilidade e apresentadas nas tradicionais demonstrações contábeis”. A mesma autora ainda informa que



apenas um item não é encontrado facilmente por um usuário externo é o caso do item referente ao consumo intermediário, ou seja, os materiais e serviços adquiridos de terceiros, já que as empresas não evidenciam a composição dos custos dos produtos/serviços vendidos e dos estoques.

Para melhor compreensão apresenta-se o modelo de composição da primeira parte da Demonstração do Valor Adicionado que se refere à formação da riqueza da entidade, sugerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC-09(2008):

**Modelo I - Demonstração do Valor Adicionado – EMPRESAS EM GERAL**

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20X1	Em milhares de reais 20X0
<b>1 – RECEITAS</b>		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)</b>		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>		
<b>4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>		
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b>		
<b>6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
<b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>		
<b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (+)</b>		

**Ilustração 1: Formação da Riqueza**  
Fonte: Adaptado de CPC\_09(2008).

Na Ilustração 1, estão apresentados os itens e subitens que demonstram como as riquezas das empresas foram geradas, onde se diminui da Receita os Insumos Adquiridos de Terceiros, chegando-se ao Valor Adicionado Bruto do qual se diminui a Depreciação, Amortização e Exaustão alcançando-se então o Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade, a este valor são somados os Valores Adicionados Recebidos em Transferência resultando por fim no Valor Adicionado Total a Distribuir.

## 2.4 DISTRIBUIÇÃO DO VALOR AGREGADO

A segunda parte da Demonstração do Valor Adicionado evidencia distribuição do valor adicionado pela empresa entre os elementos que participam de sua constituição. Conforme relata o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, no pronunciamento técnico de número 09 (2008, p.06) “A segunda parte da DVA deve apresentar de forma detalhada como a riqueza obtida pela entidade foi distribuída”.

A parcela que se destina à remuneração de cada elemento participante que contribuiu para a formação da riqueza da empresa está apresentada separadamente na parte de distribuição do valor adicionado e são eles: empregados, pela força de trabalho; o governo, pela estrutura social, política e econômica; os financiadores, pelos recursos emprestados; e por fim, os acionistas, pelo capital investido na empresa (LUCA, 1998).

Conforme Santos (2003, p.36) a distribuição da riqueza gerada obedecerá ao critério do beneficiário da renda sendo a distribuição então apresentada entre os detentores do capital, acionistas e financiadores externos; os trabalhadores, com salários e encargos e a parte destinada ao governo na forma de impostos.

A partir deste ponto do trabalho, a escolha da seqüência dos elementos participantes da distribuição da riqueza adicionada pelas empresas, para o estudo proposto se faz presente e está definido na seguinte ordem: pessoal ou colaborador, governo, capital de terceiros ou financiadores e capital próprio ou acionista.

Os próximos temas a serem estudados referem-se às classificações e elucidações dos componentes participantes da distribuição do valor agregado evidenciado na Demonstração do Valor Adicionado. Para melhor compreensão do tema demonstra-se a seguir modelo da segunda parte da DVA, referente à distribuição do valor adicionado sugerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis no pronunciamento 09 (2008, p.17):



8.1) Pessoal		
8.1.1 – Remuneração direta		
8.1.2 – Benefícios		
8.1.3 – F.G.T.S		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais		
8.2.2 – Estaduais		
8.2.3 – Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 – Juros		
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.3 – Outras		
8.4) Remuneração de Capitais Próprios		
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

(\*) O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.

**Ilustração 2: Distribuição do Valor Adicionado**  
**Fonte: Adaptado CPC-09(2008)**

Na Ilustração 2 estão apresentados os itens e subitens que demonstram como as riquezas das empresas foram distribuídas.

Com relação a modelos de DVA, tem-se que existem outros modelos como, por exemplo, o elaborado pela FIPECAFI, que tem seu uso incentivado pela Comissão de Valores Mobiliários, porém para fins desse trabalho utiliza-se o modelo difundido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Nos próximos tópicos deste estudo, explana-se sobre cada um dos elementos participantes da distribuição do valor agregado pelas empresas na seguinte seqüência: Pessoal

ou Colaborador, Governo, Capital de Terceiros ou Financiadores e Capital Próprio ou Acionistas.

#### **2.4.1 Pessoal ou Colaboradores**

A Demonstração do Valor do Valor Adicionado estabelece uma nova visão para os trabalhadores. Conforme Cunha (2002, p.47) a evidenciação da forma pela qual a riqueza é gerada pela empresa, e sua forma de distribuição aos agentes que colaboraram na sua criação, constitui-se numa nova maneira de perceber o desempenho das entidades. Por meio dessa demonstração é possível avaliar a oscilação da riqueza que a empresa produziu e acompanhar a destinação a ela dada. Dessa forma, de maneira mais fundamentada e consistente os colaboradores poderão reivindicar melhorias seja de natureza salarial ou de benefícios em virtude desse crescimento na riqueza.

Neste grupo devem ser incluídos todos os valores destinados à mão de obra. Conforme De Luca (1998), além dos gastos com salários, deve constar também todos os encargos correspondentes como 13º salário, férias, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), INSS parte empregado, seguro de acidentes de trabalhos e ainda as comissões, participações, plano de aposentadoria e pensão, assistência médica e transporte.

A autora afirma ainda que este item possa ser dividido em remuneração direta e indireta atendendo a necessidade de se conhecer o valor da remuneração destinada diretamente aos empregados e os valores que são pagos indiretamente sob a forma de encargos sociais e/ou benefícios.

Alguns recursos pagos ao governo como encargos sociais não voltam ao empregado integralmente a não ser como custeamento do governo na área da saúde e da previdência, sendo assim, Martins (1993, p.114) afirma que “na distribuição do valor agregado devem ser evidenciados o valor destinado a toda a mão de obra separadamente dos encargos que vão ao governo na forma de encargos sociais”.

De acordo com De Luca (1998) o imposto de renda retido na fonte é considerado remuneração direta, pois será utilizado pelo próprio empregado para prestação de contas com o governo, ou seja, não é um encargo da empresa para com o governo é uma relação entre o empregado e o governo. Já os encargos sociais pagos ao governo são tidos como remuneração indireta dos empregados devendo para eles retornar como, por exemplo o FGTS.

Para o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC-09(2008) este item da distribuição da riqueza deve conter os valores referentes à remuneração direta, benefícios e

FGTS, sendo que na remuneração direta estão contidos os salários, o 13º salário, os honorários da administração, férias, comissões, horas extras, participação nos resultados etc. No subitem benefícios devem estar contidos os valores relativos à assistência médica, alimentação, transporte, planos de aposentadoria etc. Por fim o FGTS representado pelos valores depositados em conta vinculada dos empregados.

#### **2.4.2 Governos**

Para De Luca (1998) o governo deve ser visto como um membro participativo da criação da riqueza da empresa. Assim, os tributos devidos pela empresa ao governo constituem-se numa espécie de remuneração ao apoio das instituições governamentais. Esta estrutura oferecida que proporciona condições de operação da empresa seja estrutura social, política ou econômica.

Este item pode ser dividido por esfera Federal, Estadual e Municipal. Eles podem também ser classificados como: tributos sobre as vendas, que seriam o Imposto sobre Produtos Industrializáveis (IPI), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Programa de Integração Social (PIS), Imposto sobre Importações (II), Imposto sobre Exportações (IE), Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISQN) etc.; impostos prediais e territoriais, urbano ou rural, impostos sobre a renda e imposto sobre operações financeiras ( DE LUCA, 1998).

Sobre a divisão dos tributos o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC-09(2008, p. 06) assim dispõe:

- Federal - tributo devido a União, incluindo os que são repassados aos Estados, Municípios, Autarquias etc., como o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), o IPI, a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a contribuição sindical patronal;
- Estadual - tributo devido ao Estado, inclusive aqueles que são repassados aos Estados, Municípios, Autarquias etc., como o ICMS e o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA);
- Municipal - tributo devido ao Município, inclusive aqueles que são repassados as Autarquias ou outras entidades, como ISS e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Conforme De Luca (1998, p. 40) “quando a empresa realizar operações em outros países, o valor dos impostos e taxas pagos a esses países deve ser evidenciado separadamente dos impostos pagos ao governo nacional”.

Para Santos (2003), a distribuição para Impostos, Taxas e Contribuições refere-se além das contribuições devidas a parte patronal do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Imposto de Renda (IR), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a todos os demais impostos, taxas e contribuições.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC-09(2008) esclarece que este item deve conter os valores dos impostos que sejam ônus do empregador, bem como os demais impostos e contribuições a que esteja sujeita a empresa. Ainda afirma que nos impostos compensáveis como ICMS, IPI, COFINS e PIS devem ser considerados os valores devidos ou já recolhidos, e representam a diferença entre os valores que incidiram sobre as receitas e os valores incidentes sobre os insumos adquiridos de terceiros.

Para De Luca (1998) o governo é um componente da sociedade que mantém relacionamento importante com a empresa, propiciando condições para o desenvolvimento das atividades empresariais, em contra partida a entidade deve pagar os impostos como forma de contribuir para realização de serviços desenvolvidos pelo Estado, destinados à sociedade. A autora afirma ainda, que os valores dos impostos representam a remuneração pelo apoio da sociedade através de uma adequada estrutura social, política e econômica necessária à operacionalização da empresa.

Tem-se, portanto nesse elemento participante da distribuição do valor adicionado o pagamento de impostos, taxas e contribuições efetuados pela empresa durante o exercício a que se refere.

### **2.4.3 Capital de Terceiros ou Financiadores**

Neste grupo são evidenciados os valores pagos pela empresa para remunerar o capital de terceiros “aplicados” na empresa. Santos (2003, p.42) denomina este grupo de Juros e Aluguéis. Neste item “Devem ser consideradas as despesas financeiras e os juros relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, empresas do grupo ou outras e os aluguéis (incluindo *leasing*) pagos ou creditados a terceiros”.

Para De Luca (1998) a remuneração para financiadores representa o capital de terceiros sob a forma de juros. Na Alemanha, a maioria das empresas utiliza a classificação

dos financiadores junto com os sócios/acionistas o que não acontece no Brasil, onde as empresas separam esses dois itens demonstrando assim uma prática mais transparente.

A divisão desse item em Juros, Aluguéis e Outros é a sugestão do Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC-09(2008) que define este item como sendo referente aos valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital.

Com relação a aluguel De Luca (1998) afirma que este, abrange todo tipo de remuneração pelo uso de ativos, inclusive ativos intangíveis como as franquias, assim o pagamento de aluguel de ativo tangível, como por exemplo, de um imóvel, é considerado remuneração de capital de terceiros pois, significa que um terceiro colocou à disposição da empresa seu próprio capital e, portanto, precisa ser remunerado.

No subitem Juros o Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC-09(2008) determina que sejam incluídas as despesas financeiras, as variações cambiais passivas de quaisquer tipos de empréstimo ou financiamento junto à instituições financeiras, do grupo ou outra forma de obtenção de recursos e inclui os valores que tenham sido capitalizados no período.

No subitem Aluguéis, a determinação é de que sejam computadas além das despesas com aluguel, as despesas com arrendamento operacional que foram pagas ou creditadas a terceiros e ainda as acrescidas aos ativos.

Já no subitem Outras, constam as remunerações que configuram transferências de riqueza a terceiros mesmo as originadas de capital intelectual, como *royalties*, franquia, direitos autorais, etc.

#### **2.4.4 Capital Próprio ou Acionistas**

Neste subgrupo busca-se evidenciar o montante da riqueza gerada pela empresa, que foi destinado para remunerar os acionistas. De acordo com Martins (1993), neste item devem ser evidenciados tanto os valores referentes aos lucros retidos quanto os valores referentes aos lucros distribuídos aos sócios, apenas com a discriminação do que os acionistas estão retirando agora (dividendos e juros sobre capital próprio) daquilo que está sendo mantido investido na empresa.

Sobre a evidenciação dos lucros retidos num grupo separado, não inserido como um subitem do Capital Próprio ou Acionista, De Luca (1998, p.41) afirma que “considerando que a totalidade dos lucros da empresa é remuneração dos seus acionistas, pode-se incluir a parcela dos lucros retidos no subgrupo dos Acionistas”.

Para o Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC-09 (2008) devem ser evidenciados na Remuneração de capitais próprios os valores relativos à remuneração atribuída aos sócios e acionistas, sendo então este grupo dividido em: Juros sobre o capital próprio (JCP), dividendos e Lucros retidos e prejuízos do exercício.

O CPC orienta ainda, que as quantias destinadas aos sócios e acionistas na forma de juros sobre o capital próprio, independente de serem registradas como passivo na forma de Juros sobre o Capital Próprio a Pagar ou como reserva de lucros, devem restringir-se à parcela relativa ao próprio período.



### 3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

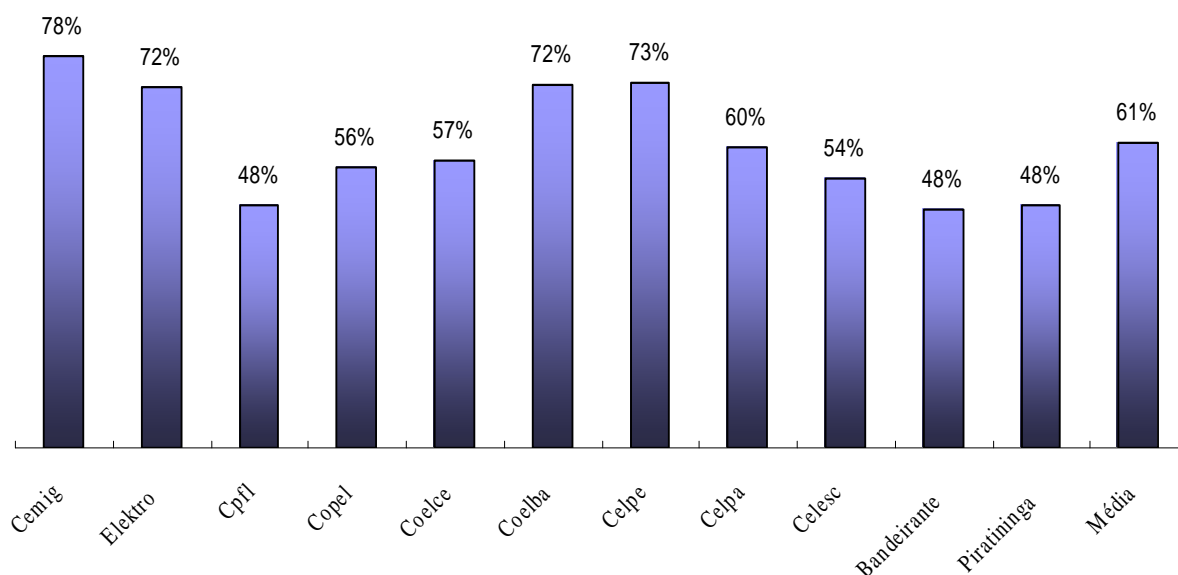
Neste capítulo são apresentados os resultados referentes às destinações contidas nas demonstrações do valor adicionado das empresas distribuidoras de energia elétrica nos anos de 2003 a 2007.

O capítulo está estruturado da seguinte forma: Distribuição do valor adicionado anual, Distribuição do Valor Adicionado por Elemento e Evolução da Distribuição do Valor Adicionado.

#### 3.1 VALOR ADICIONADO ANO 2003

Após a coleta dos dados divulgados nas Demonstrações do Valor Adicionado das empresas de distribuição de energia elétrica participantes deste estudo, calculou-se o percentual de riqueza gerada por empresa. Para tanto, dividiu-se o valor adicionado total a distribuir (item 7 da DVA) pela receita (item 1 da DVA). Este procedimento resultou no quociente de valor agregado por empresa. Este cálculo foi feito para os demais anos.

O gráfico a seguir ilustra a geração de riqueza das empresas no exercício de 2003:



**Gráfico 1: Geração de Riqueza por Empresa em 2003**

Fonte: Elaboração da Autora

Conforme demonstrado no gráfico, a média de geração de valor agregado pelas empresas, no exercício de 2003, foi de 61%.

As empresas com menor geração de riqueza no período foram a Bandeirante, Piratininga e Cpfel com 48% de valor adicionado gerado. Ainda abaixo da média figuraram as empresas Celesc, Copel, Coelce e Celpa com percentuais de geração de riqueza de 54, 56, 57 e 60%, respectivamente.

No período de 2003 ficaram acima da média as empresas Elektro, Coelba, Celpe e Cemig. Destaque para a última que gerou no ano 78% de riqueza. Ou seja, de cada real de receita “retirado” da sociedade, 78 centavos foram agregados pela empresa.

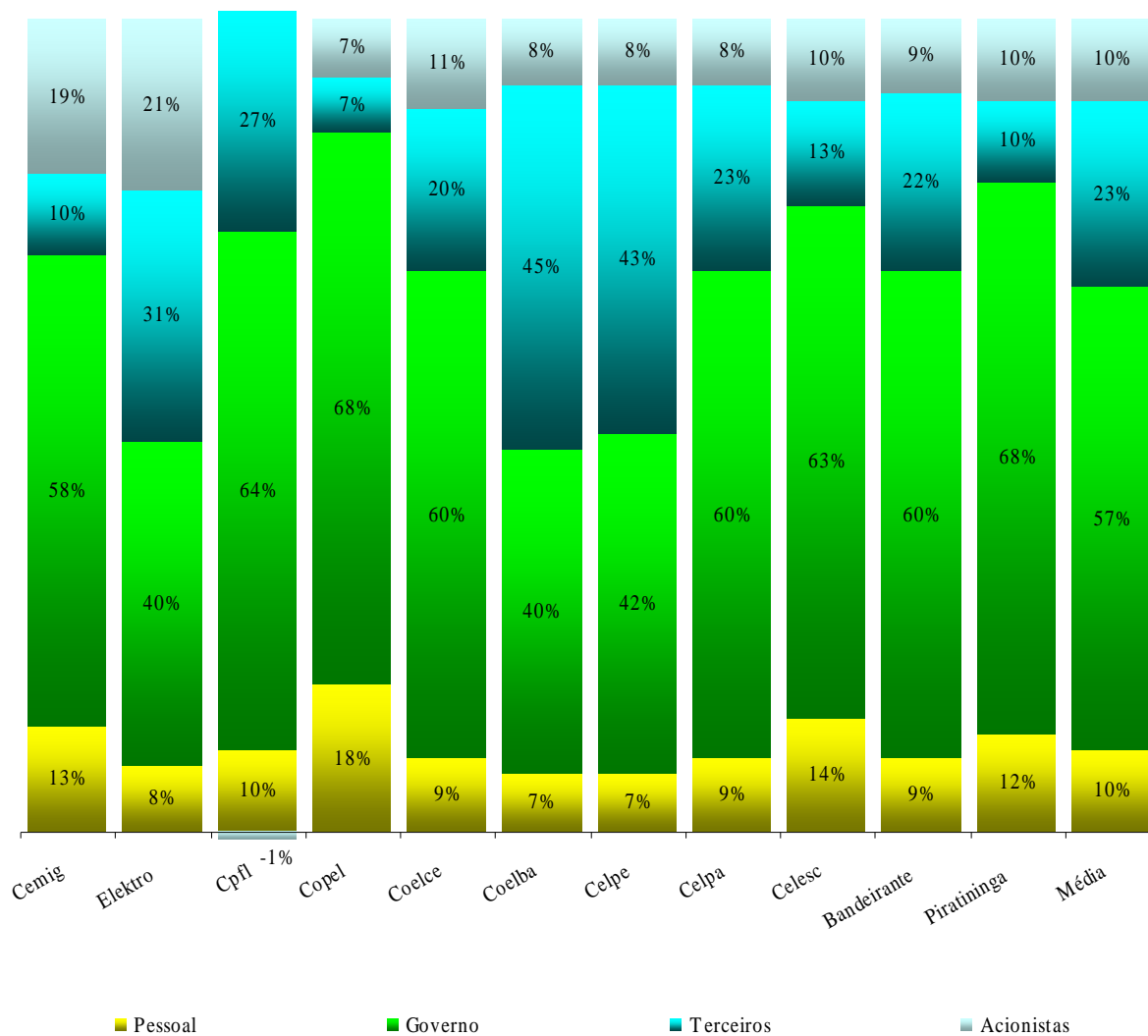
Destaque para empresa Cemig que gerou a maior parcela de riqueza no referido ano.

Vale ressaltar, que as gerações de valor efetivadas pelas empresas distribuidoras de energia elétrica brasileiras no ano de 2003 oscilam entre 78% e 48% ou seja, uma variação na ordem de 30 pontos percentuais. Em outras palavras, a diferença entre a empresa que mais agregou de valor e a que menos agregou é de 62,5%. Diferença esta, bastante significativa visto que se trata de empresas do mesmo setor.

Das empresas analisadas, quatro agregaram valor acima da média anual, o que significa um índice de 36%. As demais (7) ficaram abaixo da média.

### 3.1.1 Destinação do valor adicionado por elemento – 2003

As riquezas agregadas pelas empresas são distribuídas para quatro categorias: Pessoal, Governo, Terceiros e Acionistas. O Gráfico 2 ilustra estas destinações em 2003:



**Gráfico 2: Destinação do Valor Adicionado em 2003.**

Fonte: Elaboração da Autora

Após análise percebe-se que na média, a maior parcela da riqueza gerada pelas empresas, é destinada para o item governo com 57%. O item terceiros onde se enquadram, por exemplo, o capital de terceiros utilizado pelas empresas, possui a segunda maior média de distribuição com 23% revelando dessa forma que as empresas de distribuição de energia

analisadas, necessitaram recorrer a financiamentos para gerir o negócio. O desempenho elevado deste item ainda reflete em grande parte, o alto endividamento das empresas do setor em moeda estrangeira em 1999 e a conseqüente maxi desvalorização do real frente ao dólar ocorrida no mesmo ano, que teve seus efeitos diferidos para serem reconhecidos no resultado dos anos seguintes. Os itens colaboradores/pessoal e acionistas ficaram com as menores fatias, apenas 10%, do total da riqueza gerada pelas empresas analisadas.

Por outro lado, quando analisado individualmente por empresa e categoria, constata-se que a média não é a realidade de todas as empresas.

Neste sentido, por exemplo, na categoria Pessoal, a Copel foi a que mais destinou recursos para seus colaboradores, com 18%. Na outra ponta, a Coelba foi a que menos recursos destinou para seus empregados (7%).

Na categoria “Governo”, destaque para a empresa Piratininga, com distribuição de 68%, significativamente acima da média. Neste quesito, as empresas que menos destinaram riqueza foram a Elektro e Coelba com apenas 40%.

Na categoria “Terceiros” a empresa Coelba foi a que mais destinou riqueza, em termos relativos, com 45% do total. Isso indica que esta empresa no momento do estudo, possivelmente fazia uso intensivo de recursos de terceiros. A que menos destinou recursos para remunerar o capital e terceiros foi a Copel com apenas 7%.

Na categoria “Acionistas” pode-se perceber que a empresa que mais destinou recursos, em termos relativos, foi a Elektro, com 21%. Por outro lado, a Cpfl, além de nada destinar para este público, ainda reduziu sua riqueza com distribuição negativa de 1%. Isto indica que a empresa registrou prejuízo no período.

As destinações distintas, em termos relativos, por empresa podem indicar tanto estratégias quanto vantagens competitivas. Algumas priorizam os colaboradores enquanto que outras os donos do capital. Há ainda, aquelas que optam por fazer uso mais intensivo de capital de terceiros. Porém, todas elas têm como principal destinação, os governos das esferas federal, estadual e municipal. Apesar disto, mudam significativamente os percentuais distribuídos.

### 3.2 VALOR ADICIONADO ANO 2004

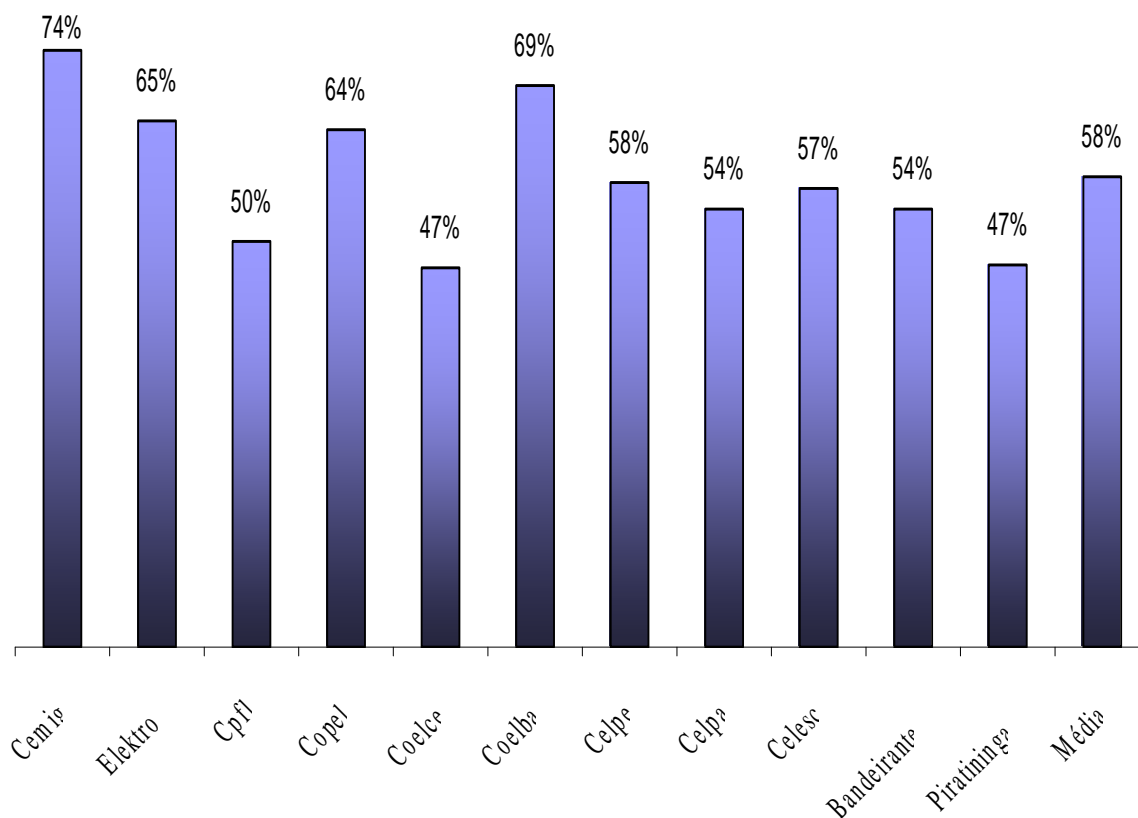
Nesta seção apresentam-se as agregações de valor efetuadas pelas empresas participantes da amostra referente ao ano 2004.

A média de agregação de valor praticada pelas empresas, para o exercício de 2004 sofreu um decréscimo em relação a 2003 ficando com um percentual de 58%, ou seja, 3 pontos percentuais abaixo do exercício anterior que apresentou média de 61%.

As empresas com menor geração de valor adicionado, comparada à média do período foram a Coelce e Piratininga com 47%. Ainda abaixo da média figuraram as empresas Cpfl, Celpa, Bandeirante e Celesc, com 50%, 54%, 54% e 57% respectivamente. A empresa Celpe acompanhou exatamente a média fechando 58% de geração de valor adicionado.

No período de 2004 ficaram acima da média as empresas Copel, Elektro, Coelba, e Cemig, destaque novamente para a última que agregou no ano 74%, demonstrando que para cada real de receita auferida, 74 centavos a empresa agregou de valor.

O gráfico a seguir demonstra de forma ilustrativa a geração de valor adicionado pelas empresas no exercício de 2004:



**Gráfico 3 : Geração de Riqueza por Empresa em 2004**  
**Fonte: Elaboração da Autora**

O Gráfico 3 ilustra os dados da tabela anteriormente apresentada, demonstrando as agregações de valor nas empresas referentes ao período de 2004. Destaque novamente para empresa Cemig que agregou maior parcela de valor adicionado produzido pela entidade.

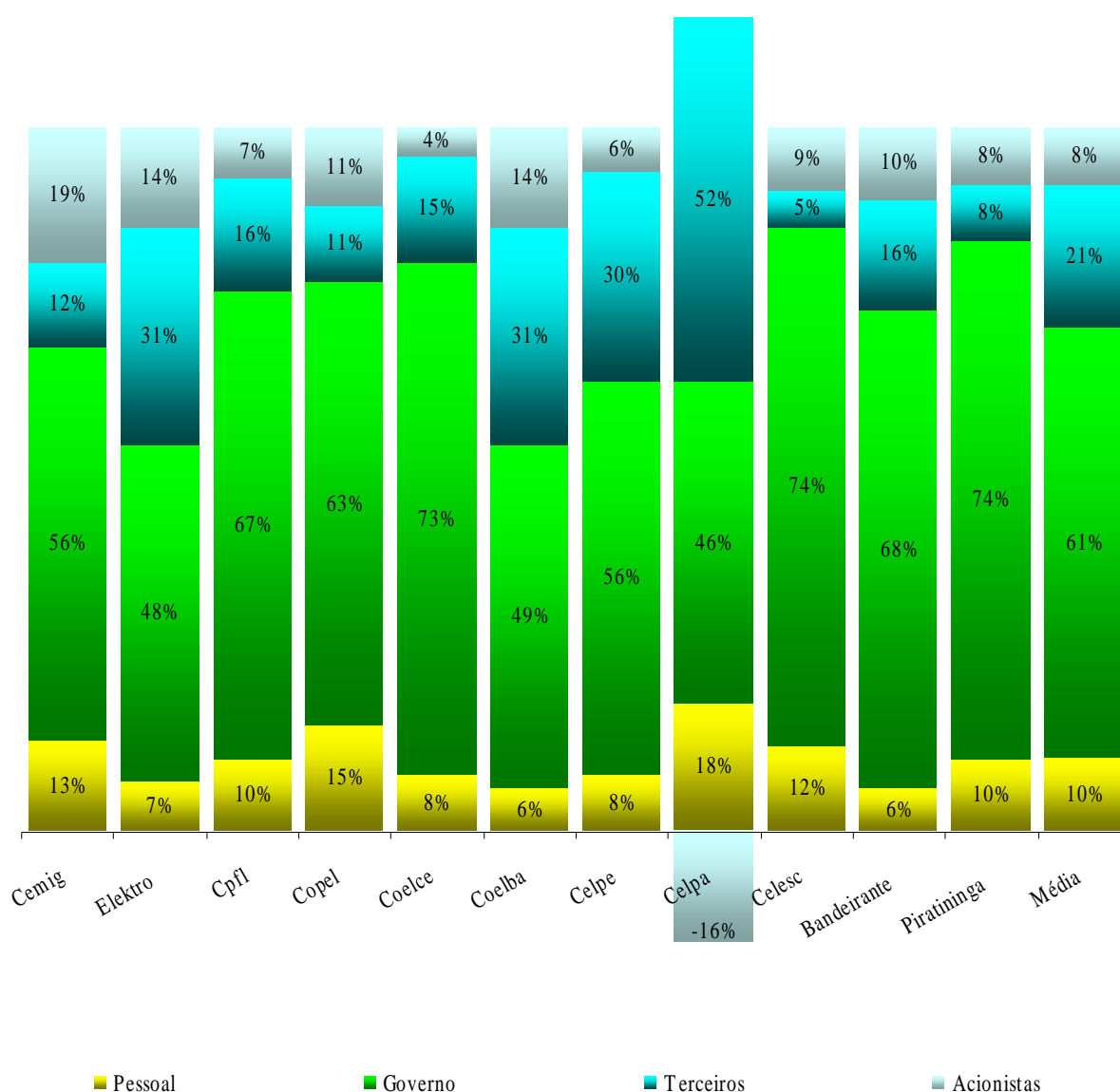
Ressalta-se, que as gerações de valor adicionado entre as empresas oscilam entre 47 e 74%, apresentando, portanto uma variação de 27 pontos percentuais, ou seja, menor que a ocorrência no ano anterior que apresentou variação de 30 pontos percentuais. A diferença entre a empresa que mais gerou valor adicionado e a que menos gerou é de 57,4%.

Cabe destacar, que em relação ao ano de 2003 algumas empresas aumentaram a geração de riqueza, como é o caso da Bandeirante que passou de 48% para 54%. Caso semelhante ocorreu com a Copel, porém, o aumento foi substancial passando de 56% em 2003 para 64% de riqueza gerada pela entidade em 2004.

No ano de 2004, novamente quatro empresas agregaram valor acima da média enquanto o restante delas (7) ficou abaixo da média, repetindo o ocorrido no ano anterior.

### 3.2.1 Destinação do valor adicionado por elemento – 2004

O valor adicionado pelas empresas é distribuído entre quatro elementos conforme elucidação anterior. O gráfico 4 ilustra as destinações das empresas referentes ao ano de 2004:



**Gráfico 4: Destinação do Valor Adicionado em 2004**  
 Fonte: Elaboração da Autora

Após análise fica claro que de acordo com a média, a maior parcela da riqueza gerada pelas empresas é destinada para o item governo com índice de 61%, e em relação ao ano anterior houve um aumento de 4 pontos percentuais. O elemento terceiros possui a segunda maior média de distribuição com 20%, apresentando dessa forma pequena redução de 2 pontos percentuais em relação ao ano anterior, demonstrando que as empresas necessitaram recorrer menos a financiamentos. O item pessoal aparece com 10% seguido de acionistas com 8% sendo esta, a menor parcela distribuída no ano de 2004.

Na categoria “Pessoal”, a Celpa foi a empresa que mais destinou recursos para seus colaboradores, com 18%. Por outro lado, a Bandeirante e Coelba foram as que menos recursos destinaram para seus empregados (6%).

Na categoria “Governo”, destaque para as empresas Celesc e Piratininga, ambas com distribuição de 74%, significativamente acima da média por 13 pontos percentuais. A empresa que menos destinou riqueza neste quesito foi a Celpa com apenas 46%.

Na categoria “Terceiros” a empresa Celpa foi a que mais destinou riqueza, em termos relativos, com 53% do total. Isso indica que a mesma no momento do estudo, possivelmente fazia uso intensivo de recursos de terceiros o que é justificado quando se percebe que no Relatório de Administração a empresa evidenciou captação de recursos para financiar o programa de investimentos e proporcionar reforço ao capital de giro. A que menos destinou recursos para remunerar o capital de terceiros foi a Celesc com apenas 5%.

Na categoria “Acionistas” pode-se perceber que a empresa que mais destinou recursos, em termos relativos, foi a Cemig, com 19%, significativamente acima da média. Opostamente, a Celpa, reduziu consideravelmente a riqueza deste público com distribuição negativa de 16%. Indicando que a empresa registrou prejuízo no período. Conforme o Relatório de Administração da empresa tem-se que o prejuízo justifica-se pelo acordo indenizatório celebrado com o sindicato dos urbanitários, relativo às perdas decorrente do Plano Bresser.

Em termos relativos, as distribuições do valor adicionado por empresa podem demonstrar as variações estratégicas aplicadas entre elas. Nesse sentido percebe-se que umas priorizam os acionistas, enquanto outras os colaboradores como a maior parte das empresas estudadas neste ano. Porém, a exemplo do que aconteceu no ano anterior, todas destinam a maior parte da riqueza para governo.



### 3.3 VALOR ADICIONADO ANO 2005

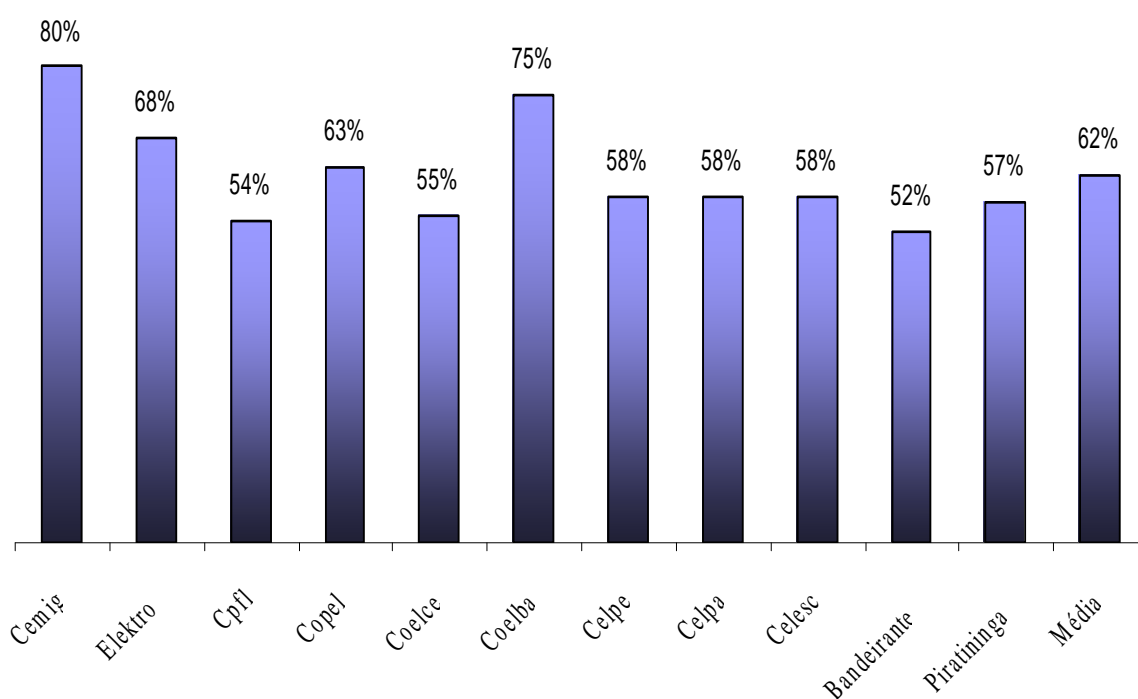
Neste tópico apresentam-se a geração de riqueza realizada pelas empresas participantes da amostra referente ao exercício de 2005.

A média de geração de valor agregado pelas empresas, no exercício de 2005, foi de 62%, 4 pontos percentuais a mais que no ano anterior.

A empresa com menor geração de riqueza no período foi a Bandeirante com 52%, reduzindo a riqueza gerada por ela, em relação ao ano anterior, em 2 pontos percentuais. Ainda abaixo da média figuraram as empresas CpfI, Coelce e Piratininga com percentuais de geração de riqueza de 54, 55 e 57%, respectivamente. Outras três empresas obtiveram índice também abaixo da média como: Celpe, Celpa e Celesc todas com 58%.

No período de 2003 ficaram acima da média as empresas Copel, Elektro, Coelba e Cemig. Destaque novamente para a última que gerou no ano 80% de riqueza. Ou seja, de cada real de receita “retirado” da sociedade, 80 centavos foram agregados pela empresa. Cabe ressaltar que esta empresa aumentou a geração de valor em 6 pontos percentuais com relação ao ano anterior.

O gráfico a seguir ilustra a geração de riqueza das empresas no exercício de 2005:



**Gráfico 5: Geração de Riqueza por Empresa em 2005**  
 Fonte: Elaboração da Autora

O Gráfico 5 ilustra o percentual que as empresas agregaram de valor no ano de 2005. Destaque novamente para empresa Cemig que gerou efetivamente volume de riqueza maior, do que as outras empresas participantes deste estudo.

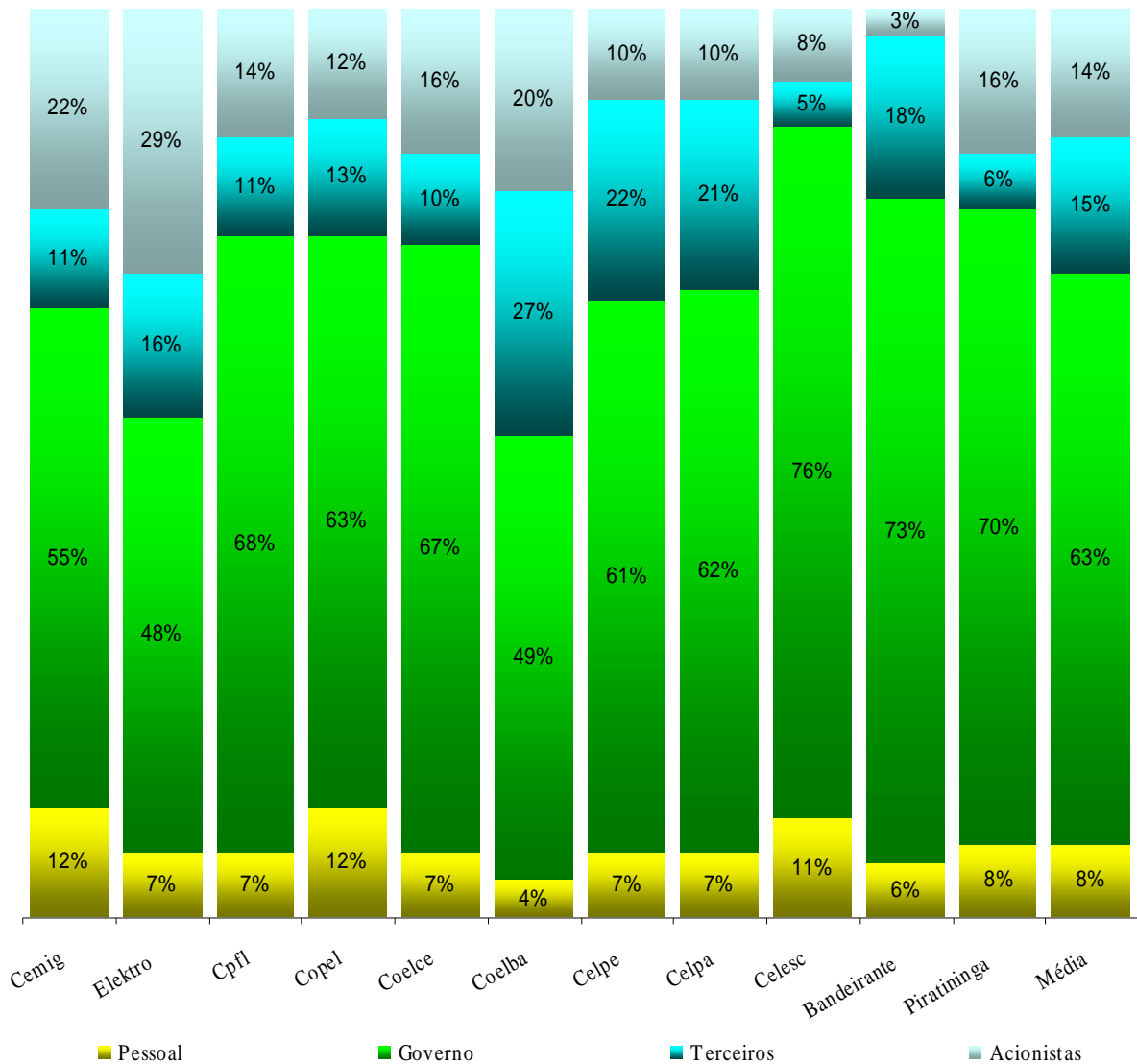
Vale ressaltar, que as gerações de valor efetivadas, pelas empresas distribuidoras de energia elétrica brasileiras no ano de 2005, oscilam entre 80% e 52% ou seja, uma variação na ordem de 28 pontos percentuais, acima do verificado no ano anterior. Em outras palavras, a diferença entre a empresa que mais agregou valor e a que menos agregou é de 53,8%. Em se tratando de empresas do mesmo setor continua sendo significativa, mesmo com a redução ocorrida (57,4% em 2004).

Das empresas analisadas, quatro agregaram valor acima da média anual, o que significa um índice de 36%. As demais (7) ficaram abaixo da média, assim como no ano anterior.

Cabe destacar, que algumas empresas melhoraram seu desempenho no que tange a geração de riqueza, em relação ao ano anterior, como por exemplo, a Coelce que passou de 47 para 55% ,e Piratininga que de 47% de riqueza gerada em 2004, passou para 57% em 2005.

### 3.3.1 Destinação do valor adicionado por elemento - 2005

Conforme relatado anteriormente as riquezas agregadas pelas empresas são distribuídas em 4 categorias que são: Pessoal, Governo, Terceiros e Acionistas. O gráfico a seguir ilustra as destinações efetivadas pelas empresas, referentes ao ano de 2005:



**Gráfico 6: Destinação do Valor Adicionado em 2005**

Fonte: Elaboração da Autora

Após análise percebe-se que na média, a maior parcela da riqueza gerada pelas empresas, é destinada para o item governo com 63%, a exemplo dos anos anteriores. O item

terceiros onde se enquadram, por exemplo, o capital de terceiros utilizado pelas empresas, possui a segunda maior média de distribuição com 15%, que reduziu substantivamente na ordem de 6 pontos percentuais, revelando dessa forma que as empresas de distribuição de energia analisadas, necessitaram recorrer com menos intensidade neste ano do que no anterior a financiamentos. O item que remunera os acionistas ficou com 14%, do total da riqueza gerada constituindo aumento dobrado em comparação com o ano anterior. Em relação aos colaboradores a média distribuída foi de 8%, conferindo uma redução na ordem de 2 pontos percentuais, este foi o menor índice verificado nos anos até então estudados.

Na categoria “Pessoal”, três empresas figuraram como as que mais destinaram recursos para seus colaboradores, apresentando índices em torno de 11% que são a Cemig, Celesc e Copel, porém a distribuição em 2005 foi menor que no ano anterior. Na outra ponta, a Coelba, que seguidamente reduziu esta parcela, foi a que menos recursos destinou, para seus empregados (4%).

Na categoria “Governo”, destaque para a empresa Celesc com distribuição de 76%, significativamente acima da média. Neste quesito, a empresa que menos destinou riqueza foi a Elektro, a exemplo de 2003, com apenas 48%.

Na categoria “Terceiros” a empresa Coelba, foi a que mais destinou riqueza, em termos relativos, com 27% do total, assim como em 2003 (45%), porém, com redução considerável. Isso indica que esta empresa, possivelmente diminuiu a utilização de financiamentos externos. A que menos destinou recursos para remunerar o capital de terceiros foi a Celesc com apenas 5%.

Na categoria “Acionistas” pode-se perceber que a empresa que mais destinou recursos, conforme havia ocorrido no primeiro ano deste estudo, foi a Elektro, com 29%. Por outro lado, a Bandeirante, reduziu a riqueza deste público com distribuição de apenas 3% em relação ao ano anterior (10%).

Entre as destinações efetivadas pelas empresas percebem-se variações, porém a maior parte de seus valores adicionados é destinada ao pagamento de impostos, taxas e contribuições ao governo. Neste ano do estudo, em relação ao anterior, verificou-se que para pessoal as empresas, de forma unânime, reduziram a parcela destinada para tal elemento. Na outra ponta está o aumento para acionistas efetivado pelas empresas, exceto a Celesc e Bandeirante que praticaram distribuições menores para este elemento.

### 3.4 VALOR ADICIONADO ANO 2006

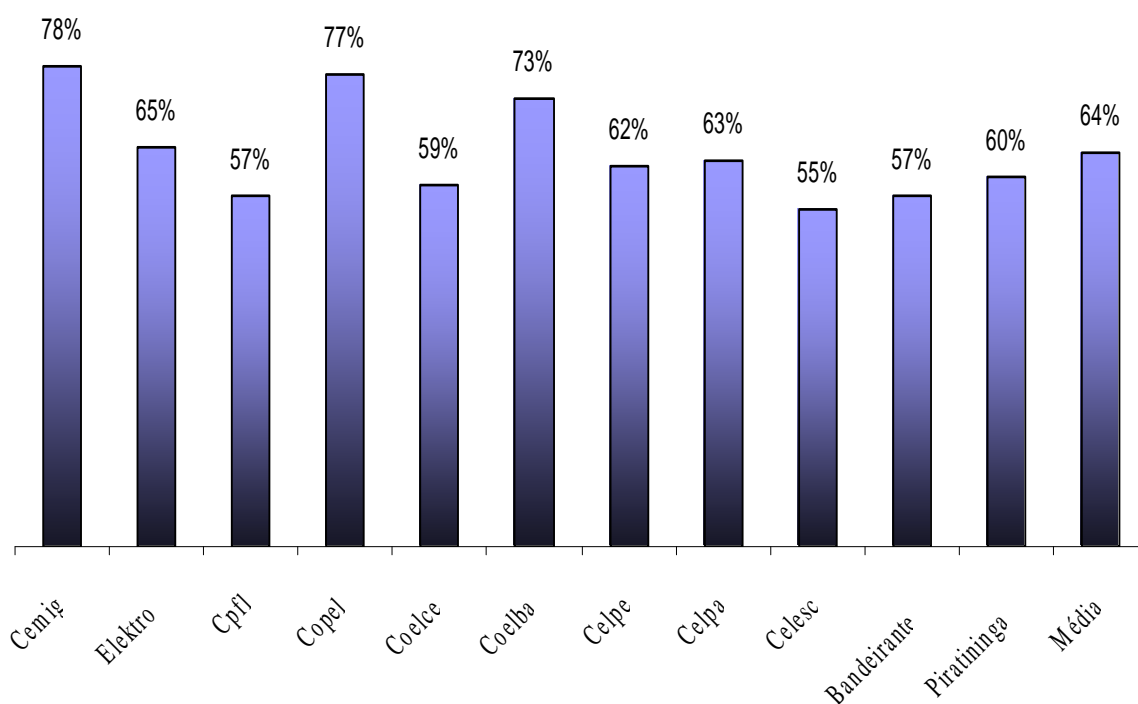
Nesta seção apresentam-se as agregações de valor efetuadas pelas empresas participantes da amostra referente ao ano 2006.

A média de agregação de valor praticada pelas empresas, para o exercício de 2006 sofreu um acréscimo em relação a 2005 ficando com um percentual de 64%, 2 pontos percentuais acima do exercício anterior que apresentou média de 62%. Demonstrando assim que em média as empresas no ano em questão agregaram mais valor adicionado.

A empresa com menor geração de valor adicionado, comparada à média do período foi a Celesc com 55%. Ainda abaixo da média figuraram as empresas Cpfl e Bandeirante, com 57%, seguidas das empresas Coelce, Piratininga, Celpe e Celpa, com 59%, 60%, 62% e 63% respectivamente.

No período de 2006 ficaram acima da média as empresas, Elektro, Coelba, Copel e Cemig, destaque novamente para a última que agregou no ano 78%, 14 pontos percentuais acima da média do período, demonstrando que para cada real de receita auferida, 78 centavos a empresa agregou.

O gráfico a seguir demonstra de forma ilustrativa a geração de valor adicionado pelas empresas no exercício de 2006:



**Gráfico 7: Geração de Riqueza por Empresa em 2006**  
 Fonte: Elaboração da Autora

O Gráfico 7 ilustra os dados da tabela anteriormente apresentada, demonstrando as agregações de valor nas empresas referentes ao período de 2006. Destaque novamente para empresa Cemig que agregou maior parcela de valor adicionado produzido pela entidade.

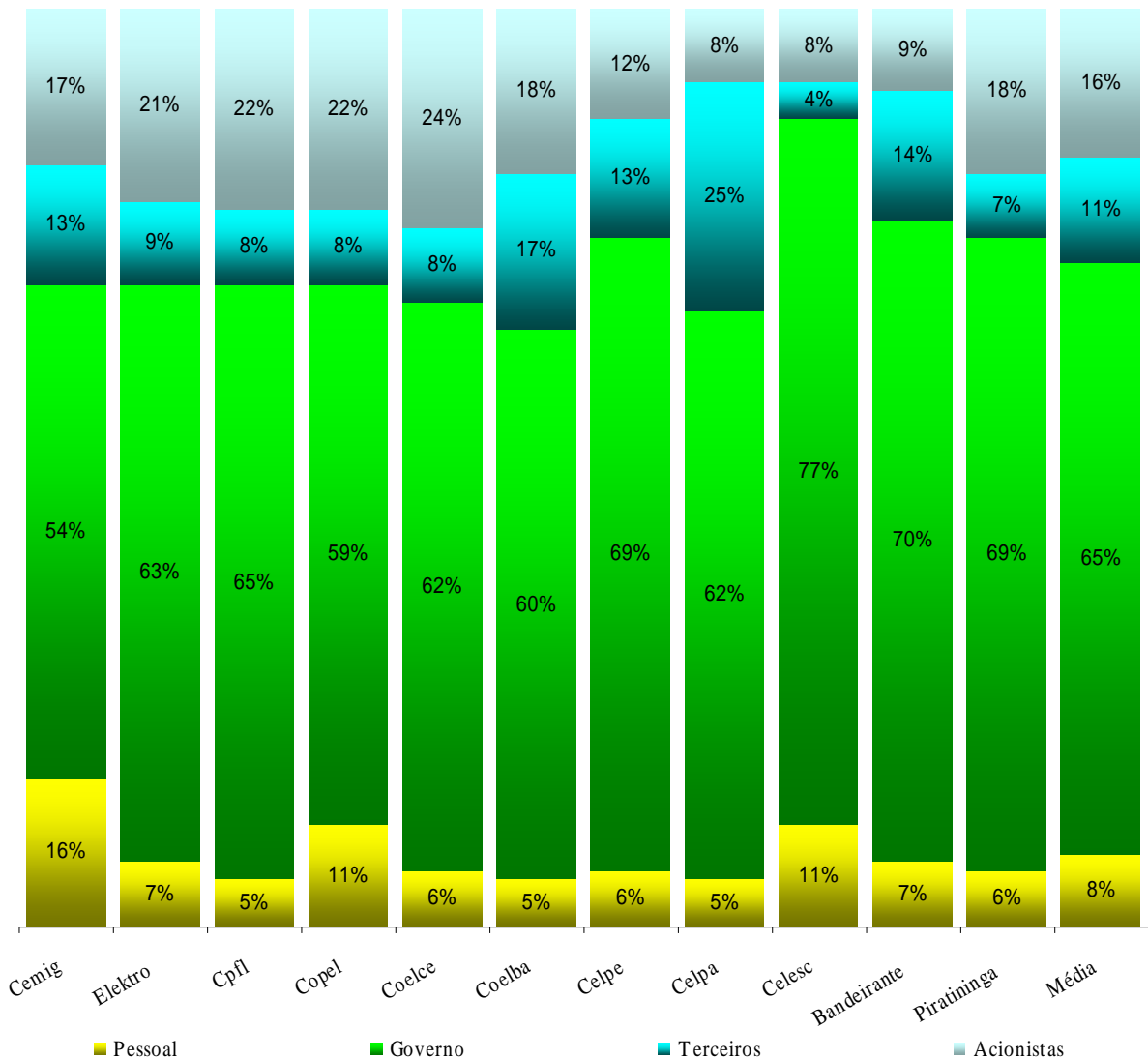
Ressalta-se, que as gerações de valor adicionado entre as empresas oscilam entre 55 e 78%, apresentando, portanto uma variação de 23 pontos percentuais, ou seja, menor que a ocorrência no ano anterior que apresentou variação de 28 pontos percentuais. A diferença entre a empresa que mais gerou valor adicionado e a que menos gerou é de 41,8%.

No ano de 2006, novamente quatro empresas agregaram valores acima da média enquanto o restante delas (7) ficou abaixo da média, repetindo o ocorrido no ano anterior.

Cabe destacar, que grande parte das empresas melhorou seu desempenho, no que tange a geração de riqueza, em relação ao ano anterior, como por exemplo, a Copel que passou de 63% (2005) para 77%, em 2006, aumento de 14 pontos percentuais de riqueza gerada pela entidade.

### 3.4.1 Destinação do valor adicionado por elemento - 2006

O valor adicionado pelas empresas é distribuído entre quatro elementos conforme elucidação anterior. O Gráfico 8 ilustra as destinações das empresas referentes ao ano de 2006:



**Gráfico 8: Destinação do Valor Adicionado em 2006**  
 Fonte: Elaboração da Autora

Após análise fica claro que de acordo com a média, a maior parcela da riqueza gerada pelas empresas é destinada para o item governo com índice de 65%, e em relação ao

ano anterior houve um aumento de 2 pontos percentuais. O elemento acionistas possui a segunda maior média de distribuição com 16%, apresentando dessa forma pequena aumento de 2 pontos percentuais em relação ao ano anterior, demonstrando que as empresas aumentaram a remuneração do capital próprio. Em contrapartida o elemento terceiros aparece com índice de 11%, distribuição reduzida em relação ao ano anterior. O item pessoal aparece com 8% sendo esta, a menor parcela distribuída no ano de 2006.

Na categoria “Pessoal”, a Cemig foi a empresa que mais destinou recursos para seus colaboradores, com 16%. Por outro lado, a Cpfl, Coelba e Celpa foram as que menos recursos destinaram para seus empregados (5%).

Na categoria “Governo”, destaque para a empresa Celesc, com distribuição de 77%, significativamente acima da média por 12 pontos percentuais. A empresa que menos destinou riqueza neste quesito foi a Cemig com apenas 54%.

Na categoria “Terceiros” a empresa Celpa foi a que mais destinou riqueza, em termos relativos, com 25% do total. A que menos destinou recursos para remunerar o capital de terceiros foi a Celesc com apenas 4%. Isso indica que a primeira empresa necessitou de mais financiamentos para gerir o negócio e o contrário ocorreu com a segunda empresa.

Na categoria “Acionistas” pode-se perceber que a empresa que mais destinou recursos, em termos relativos, foi a Coelce com, 24% significativamente acima da média que foi de 16%. Opostamente, a Celpa e a Celesc reduziram a riqueza deste público com distribuição de 8%.

Em termos relativos, as distribuições do valor adicionado por empresa podem demonstrar as variações estratégicas aplicadas entre elas. Nesse sentido percebe-se que umas priorizam os acionistas, como a maior parte das empresas estudadas neste ano, enquanto outras os colaboradores. Porém, todas destinam a maior parte da riqueza para governo.



### 3.5 VALOR ADICIONADO ANO 2007

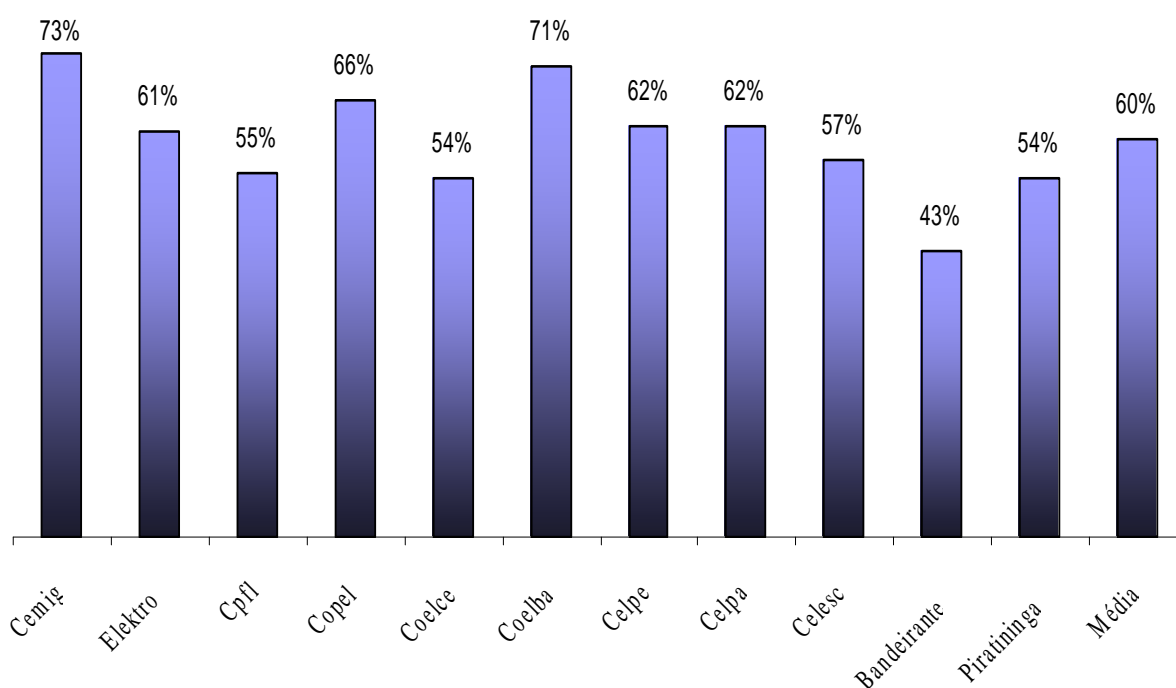
Neste tópico apresentam-se as gerações de valor adicionado efetuadas pelas empresas participantes da amostra referente ao ano 2007.

A média verificada no exercício de 2007 foi de 60% de geração de valor adicionado produzido pelas entidades. Confirma-se, portanto uma redução de 4 pontos percentuais já que no ano anterior a média foi de 64%.

A empresa com menor geração de riqueza no período foi a Bandeirante, com 43% de valor adicionado gerado. Ainda abaixo da média figuraram as empresas Coelce e Piratininga, ambas com percentuais de geração de riqueza de 54%, e as empresas Cpfel e Celesc com 55 e 57%, respectivamente.

No período de 2007 ficaram acima da média as empresas Elektro, Celpa, Celpe, Copel, Coelba e Cemig. O destaque continua sendo para empresa Cemig que gerou 73% de valor adicionado, porém apresentando uma redução de 5 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

O gráfico a seguir ilustra a geração de riqueza das empresas no exercício de 2007:



**Gráfico 9: Geração de Riqueza por Empresa em 2007**  
Fonte: Elaboração da Autora

O Gráfico 9, ilustra os dados da tabela 6 e demonstra as gerações de valor adicionado das empresas no ano de 2007. Destaque para empresas Cemig que gerou a maior parcela de riqueza no referido ano.

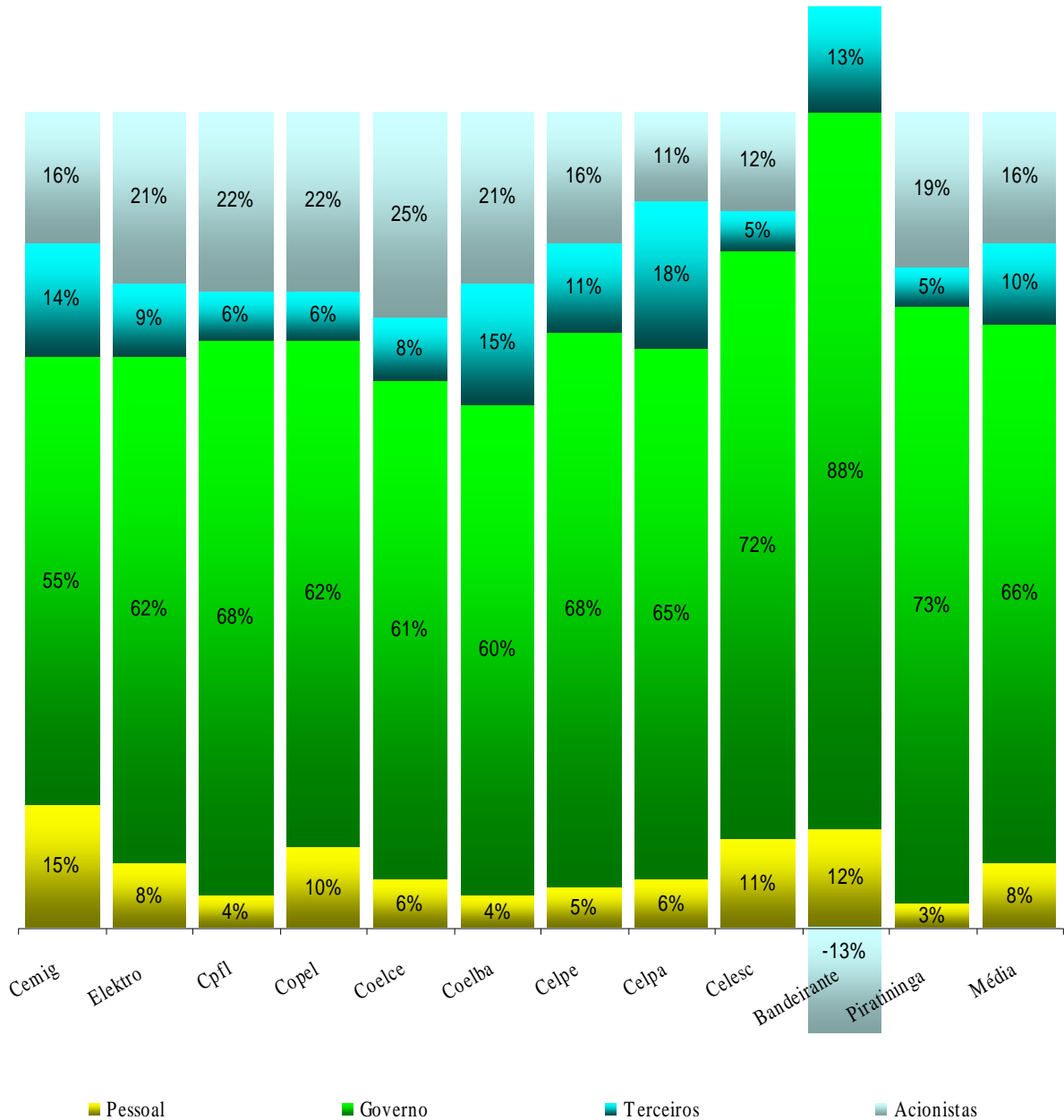
Vale ressaltar, que as gerações de valor efetuadas pelas empresas distribuidoras de energia elétrica brasileiras no ano de 2007 oscilam entre 43% e 73%, ou seja, variação na ordem de 30 pontos percentuais. Em outras palavras, a diferença entre a empresa que mais agregou valor e a que menos agregou é de 69,7%. Em se tratando de empresas do mesmo setor a diferença registrada é bastante significativa.

No ano de 2007, entre as empresas analisadas, seis agregaram valor acima da média anual, o que significa um índice de 55%. As demais (5) ficaram abaixo da média. Fato este não ocorrido em nenhum dos anos anteriormente estudados.

Cabe destacar, que grande parte das empresas, reduziu seu desempenho no que tange a geração de riqueza, em relação ao ano anterior, como por exemplo, a Copel que passou de 77% (2006) para 66%, em 2007, redução de 10 pontos percentuais de riqueza gerada pela entidade. Também apresentando redução na geração de riqueza encontra-se a empresa Bandeirante que de 57% gerado em 2006, apresenta apenas 43% em 2007, ou seja, redução substancial de 14 pontos percentuais. Apenas a empresa Celesc agregou riqueza a mais que o apresentado no ano anterior, passando de 55% (2006) para 57% em 2007.

### 3.5.1 Destinação do Valor Adicionado por elemento - 2007

As riquezas agregadas pelas empresas são distribuídas para quatro categorias: Pessoal, Governo, Terceiros e Acionistas. O Gráfico 10, ilustra estas destinações em 2007.



**Gráfico 10: Destinação do Valor Adicionado em 2007**  
 Fonte: Elaboração da Autora

Após análise percebe-se que na média, a maior parcela da riqueza gerada pelas empresas, a exemplo dos anos anteriormente estudados, é destinada para o item governo com

66%. O item acionistas, onde são demonstradas as parcelas de remuneração destinada aos detentores do capital da empresa possui a segunda maior média verificada com 16%. O elemento terceiros possui a terceira maior média de distribuição com 10%. O item colaboradores/pessoal ficou com a menor fatia, apenas 8%, do total da riqueza gerada pelas empresas analisadas.

Por outro lado, quando analisado individualmente por empresa e categoria, constata-se que a média não é a realidade de todas as empresas, porém serve de parâmetro de análise.

Neste sentido, por exemplo, na categoria Pessoal, a Cemig foi a que mais destinou recursos para seus colaboradores, com 15%, acima da média na ordem de 7 pontos percentuais. Na outra ponta, a Piratininga foi a que menos recurso destinou para seus empregados (3%).

Na categoria “Governo”, destaque para a empresa Bandeirante, com distribuição de 88%, significativamente acima da média por 21 pontos percentuais. Neste quesito, as empresas que menos destinaram riqueza foram a Cemig e Coelba com apenas 55 e 60% respectivamente.

Na categoria “Terceiros” a empresa Celpa foi a que mais destinou riqueza, em termos relativos, com 18% do total. As que menos destinaram recursos para remunerar o capital e terceiros foram a Celesc e Piratininga, ambas com apenas 5%.

Na categoria “Acionistas” pode-se perceber que a empresa que mais destinou recursos, em termos relativos, foi a Coelce, com 25%. Por outro lado, a Bandeirante, além de nada destinar para este público, ainda reduziu sua riqueza com distribuição negativa de 13%. Isto indica que a empresa registrou prejuízo no exercício de 2007.

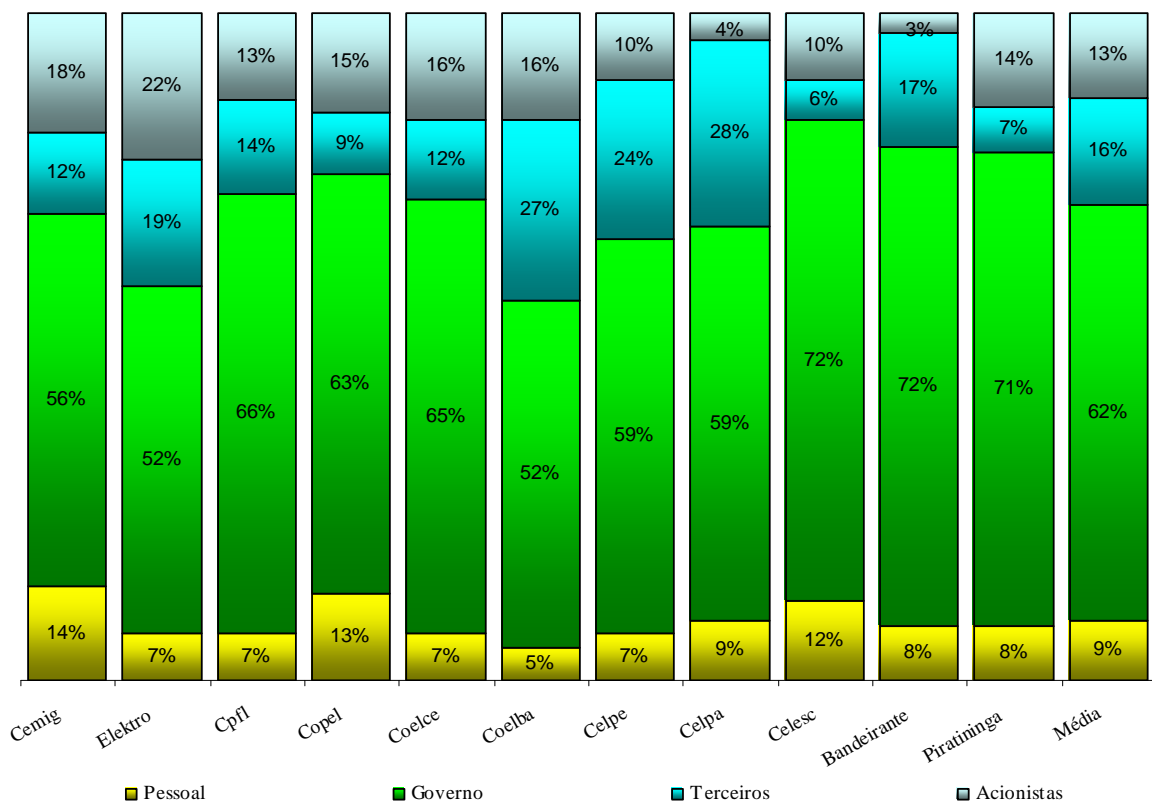
As destinações distintas, em termos relativos, por empresa podem indicar tanto estratégias quanto vantagens competitivas. Algumas priorizam os colaboradores enquanto que outras os donos do capital. Há ainda, aquelas que optam por fazer uso mais intensivo de capital de terceiros. Porém, todas elas têm como principal destinação, os governos das esferas federal, estadual e municipal. Apesar disto, mudam significativamente os percentuais distribuídos.

### 3.6 DISTRIBUIÇÃO MÉDIA POR ELEMENTO NO PERÍODO

Neste tópico apresenta-se a média de distribuição no período, com relação a participação dos elementos Pessoal, Governo, Terceiros e Acionistas, na distribuição do valor adicionado nestes cinco anos analisados. Para tanto se utiliza as médias encontradas, através do somatório dos percentuais distribuídos para cada elemento divulgado pelas 11 (onze) empresas estudadas.

Os dados encontrados na Demonstração do Valor Adicionado, proporcionam estudo da distribuição por elemento, sendo que os percentuais distribuídos pelas empresas foram somados e divididos pela quantidade de anos analisados resultando na média do período.

Para melhor analisar como se apresenta, nos cinco anos, a distribuição efetivada pelas empresas, utiliza-se o gráfico a seguir:



**Gráfico 11: Distribuição Média por Elemento no Período**  
**Fonte: Elaboração da Autora**

O Gráfico 11, ilustra a distribuição do valor adicionado, efetivada pelas empresas nos anos de 2003 a 2007, para cada elemento.

### **3.6.1 Pessoal ou Colaboradores**

Nos cinco anos analisados neste trabalho a distribuição do valor agregado para pessoal apresentou percentual na faixa dos 9%, demonstrando que uma parte menor da riqueza criada pelas empresas está sendo destinada como remuneração aos colaboradores das empresas.

Apesar da redução na distribuição para o trabalho que é o principal fator de produção da riqueza gerada pelas empresas, algumas Companhias da amostra destacaram-se, o que é o caso da Cemig, da Copel, da Celesc e da Celpa que apontaram médias de 14, 13, 12 e 9%, respectivamente. Tais empresas demonstram a valorização dedicada aos componentes importantes na trajetória da entidade chamados colaboradores, mão de obra ou pessoal.

A empresa que menos distribuiu para seus colaboradores foi a Coelba com apenas 5% de seu valor agregado voltado para remuneração de seus colaboradores.

### **3.6.2 Governos**

Os dados trabalhados neste estudo indicam que este elemento é o que angaria a maior parte da riqueza gerada pelas empresas, demonstrando que a carga tributária no Brasil consumiu em média 62% do valor adicionado pelas empresas no período analisado.

As empresas que no período estudado destinaram mais de seus valores adicionados para governo foram a Celesc e Bandeirante, ambas com 72%, indicando a grandeza da carga tributária a que estas empresas estão submetidas.

Dentre as empresas estudadas as que menos distribuíram para governo, foram a Coelba e Elektro com 52%, demonstrando carga tributária menos intensa.

Os locais de atuação das empresas podem indicar o porquê das variações da carga tributária incidente sobre as empresas já que o governo pode decidir sobre redução ou até isenção de impostos.

### **3.6.3 Capital de Terceiros ou Financiadores**

Este elemento representa, uma das fontes de financiamento de ativos das empresas seja para fins de investimentos ou ajuda no giro dos negócios e demonstram o grau de endividamento das empresas.

A análise deste elemento mostra a parcela da riqueza que é distribuída aos financiadores externos de capital.

Neste estudo o capital de Terceiros é o segundo elemento com média no período de 16%, que recebe maior parte do valor adicionado pelas empresas.

As empresas que distribuíram parcelas significativas para Terceiros foram Celpa, Coelba e Celpe com percentuais de 28, 27 e 24% respectivamente.

Na análise deste elemento percebe-se que menos é melhor, pois indica que as empresas que menos destinaram para este elemento encontram-se menos endividadas. Entre as empresas que se enquadram nesta situação estão Celesc, Piratininga, Copel e Cemig com percentuais de 6, 7, 9 e 12%, respectivamente.

#### **3.6.4 Capital Próprio, Acionistas ou Lucro Retido**

A análise deste elemento demonstra a parcela da riqueza que é distribuída aos financiadores internos de capital das empresas, ou seja, os capitais próprios que são dos portadores de quotas e ações da empresa. Neste estudo a distribuição do valor adicionado para Acionistas apresenta média no período de 13%.

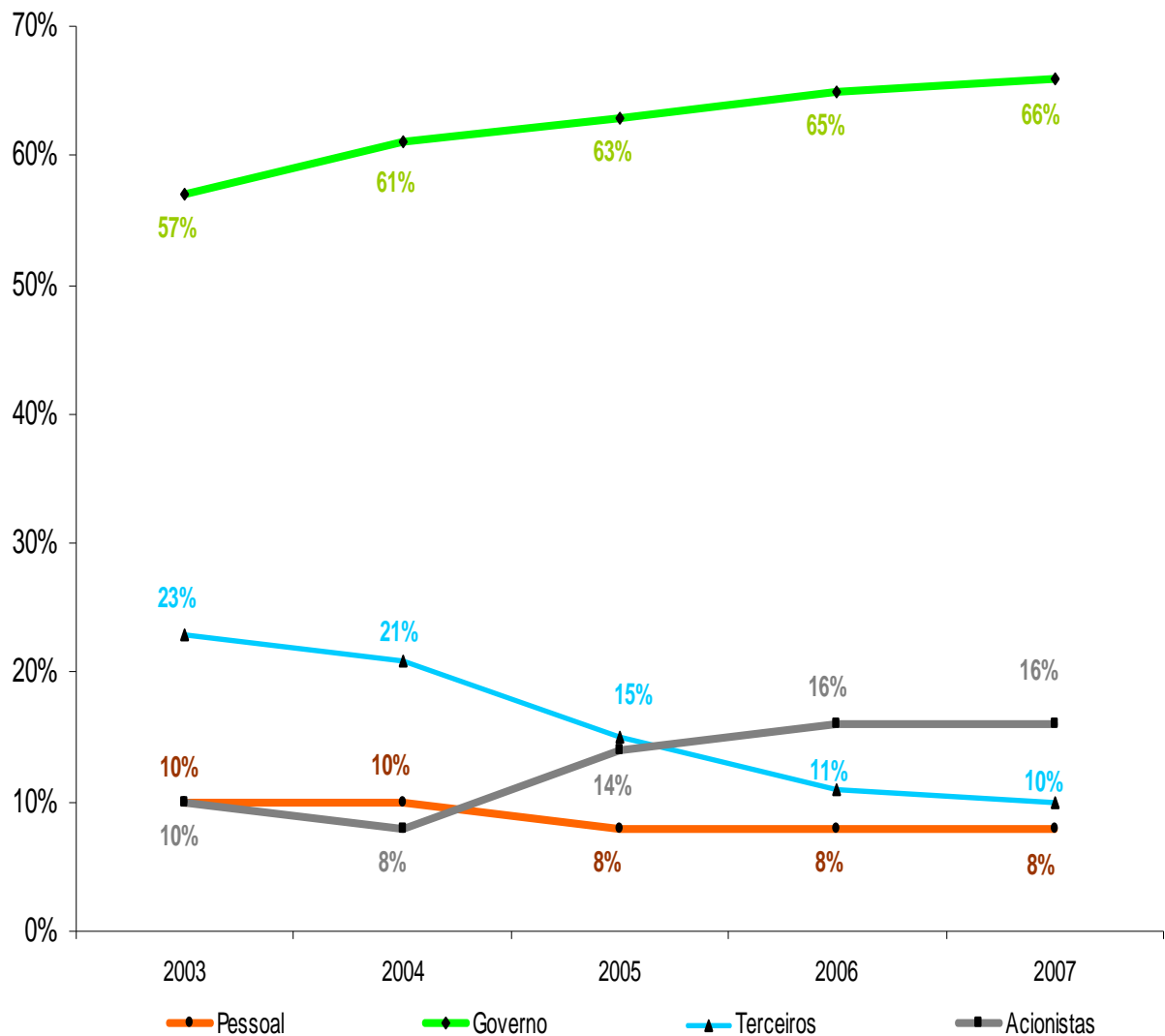
Conforme o Gráfico 11, tem-se que as empresas que mais distribuíram para este elemento foram Elektro, Cemig, Coelce e Coelba apresentando percentuais de 22%, 18% e 16% as duas últimas, respectivamente.

Dentre as empresas que destinaram parcelas maiores para acionistas percebe-se que os anos em que ocorreu tal fato foram nos anos de 2005 e 2007 com percentuais acima dos 20%, sendo que no último ano a maior parte das empresas apresentou alta na distribuição para referido elemento o que demonstra que os Acionistas estão obtendo retorno de seus investimentos. Já as empresas Bandeirante e Celpa com 3 e 4% distribuídos para acionistas, respectivamente, foram as empresas que menor parcela distribuíram para os detentores do capital próprio das empresas.

### 3.7 EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Neste tópico demonstram-se como os elementos participantes da distribuição do valor agregado pelas empresas evoluíram no espaço temporal analisado, ou seja, como se apresentaram entre os anos de 2003 a 2007. Os dados utilizados para análise são as médias anuais de todas as empresas pesquisadas de cada elemento.

Para melhor visualizar tal evolução tem-se o gráfico a seguir:



**Gráfico 12: Evolução da Distribuição no Período**  
**Fonte: Elaboração da Autora**

Relacionado ao elemento Pessoal percebe-se que este é o participante da distribuição do valor adicionado que menos representatividade apresenta. As variações anuais apresentam-



se de forma muito leve. Após o ano de 2003, em que este elemento foi distribuído em média de 10%, ocorrendo semelhante distribuição no ano seguinte, porém a partir de 2004 percebe-se queda, que se manteve até o último ano estudado. Esta redução, apesar de ser de apenas 2 pontos percentuais, em termos efetivos representa uma redução de 20% (de 10% para 8%).

Analisando o elemento Governo percebe-se claramente que este é o que recebe a maior parte do valor adicionado pelas empresas. Ressalta-se que as distribuições efetivadas pelas empresas para referido elemento evoluiu de maneira crescente e que no intervalo de 2003 a 2007 os percentuais distribuídos passaram de 57% para 66% um aumento de 16% em cinco anos, conseqüência da alta carga tributária praticada no Brasil.

A evolução do elemento Terceiros demonstra que as empresas da amostra necessitaram de menos financiamento o que indica que as mesmas apresentam boa saúde financeira. Em todos os anos analisados este elemento apresentou queda sucessiva passando de 23% para 10% uma redução 57% nos anos estudados, sendo que a maior queda deu-se na passagem de 2004 para 2005 cujo percentual passou de 21% para 15% nos respectivos anos.

Considerando o elemento Acionista tem-se que a evolução se deu de forma positiva, pois a distribuição do valor adicionado para este item aumentou no período analisado neste trabalho. Após uma queda de distribuição ocorrida no ano de 2004, que passou de 10% para 8%, o referido elemento apresenta aumento em todos os anos seguintes, alcançando em 2007 um percentual de 16%, representando uma evolução que dobrou no período estudado. Nos anos de 2006 e 2007 a distribuição para este elemento ultrapassou os percentuais distribuídos para remunerar o capital de terceiros fato não ocorrido em 2003, 2004 e 2005 demonstrando que as empresas de distribuição de energia elétrica brasileiras alcançaram resultados positivos. Em todo o período analisado, o percentual de riqueza distribuída para este público aumentou em 60% (de 10% para 16%).

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo são apresentadas as conclusões deste estudo, a opinião da pesquisadora e ainda as recomendações para trabalhos futuros.

### 4.1 CONCLUSÕES

O presente estudo teve como objetivo geral verificar o destino das riquezas geradas pelas empresas de distribuição de energia elétrica do Brasil que atendem acima de um milhão de unidades consumidoras, no período de 2003 a 2007, com ações negociadas na BM&FBOVESPA.

Os resultados obtidos atendem ao objetivo geral e também aos objetivos específicos, quando se conclui que as empresas incluídas na amostra deste estudo, destinam a maior parte do valor adicionado produzido, para pagamento de impostos e taxas ao governo, sendo este o elemento que recebe mais da metade da riqueza produzida pelas empresas o que permite inferir que a carga tributária imposta ao setor consome boa parte da riqueza por elas gerada.

O restante do valor adicionado pelas empresas fica dividido entre os elementos que financiam o capital necessário para manutenção das atividades e o pessoal, sendo que o capital de terceiros aparece no estudo com parcela de distribuição maior que o capital próprio, em parte do período estudado, vindo a ser ultrapassado nos dois últimos anos pela distribuição destinada aos acionistas, dado este que permite concluir que resultados positivos estão sendo alcançados.

Com relação à quantidade de riqueza destinada à distribuição, destaque para empresa Cemig que nos anos estudados sempre esteve em primeiro lugar, seguida pela empresa Coelba que nos anos 2004, 2005 e 2006, ocupou o segundo lugar o qual foi ocupado pela Celpe no ano 2003 e a Coelba em 2007.

Relacionado aos elementos que participam da distribuição da riqueza gerada pelas entidades algumas empresas se destacam com maior e menor parcela destinada para cada elemento como se descreve a seguir: i - para pessoal, as empresas que mais destinaram riquezas no período estudado foram: Cemig (MG), Copel (PR) e Celesc (SC). Já as que menos distribuíram foram: Coelba (BA), Celpe (PE) e Coelce (CE). Percebe-se que a região onde as empresas estão inseridas pode influenciar nas respectivas distribuições. A distribuição verificada para pessoal aparece como sendo a que recebe a menor parcela em todos os anos

estudados, portanto, em se tratando de mão de obra, as empresas participantes deste estudo necessitam de investimentos nesta área importante, buscando desta forma fazer a diferença nos serviços prestados, valorizando seus colaboradores; ii - para governo as empresas que mais destinaram riquezas no período estudado foram: Celesc (SC), Bandeirante (SP) e Piratininga (SP). Já as que menos destinaram foram: Coelba (BA), Elektro (SP) e Cemig (MG). Pode-se notar com estes dados que os Estados onde as empresas estão inseridas possivelmente praticam diferentes políticas tributárias influenciando na distribuição do valor adicionado; e, iii - para Terceiros as empresas que mais destinaram riquezas no período estudado foram: Celpa (PA), Coelba (BA) e Celpe (PE). Já as que menos destinaram foram: Celesc (SC), Piratininga (SP) e Copel (PR). Este é o elemento indicativo de endividamento ou saúde financeira das empresas onde as entidades que mais destinam se encontram mais endividadas ao contrario das empresas que menos destinam que demonstram situação favorável em relação a financiamentos externos; e, por fim, iv - para Acionistas as empresas que mais destinaram riquezas no período estudado foram: Elektro (SP), Cemig (MG) e Coelba (BA). Já as que menos destinaram foram: Bandeirante (SP), Celpa (PA) e Celesc (SC). Os dados referentes a este elemento podem indicar a capacidade lucrativa das empresas que mais distribuem assim como o inverso para as empresas que menos destinam valor adicionado para seus acionistas.

Atendendo ao objetivo específico relacionado à evolução das distribuições efetivadas no período estudado conclui-se que o elemento governo aparece em crescimento gradativo mas constante. Este também foi o comportamento do elemento referente aos acionistas que apresentou um aumento de 60% no período estudado. Na outra ponta, verifica-se a situação do elemento pessoal que no período estudado teve sua já pequena parcela na distribuição do valor adicionado significativamente reduzida (20%). Esta também foi a tônica da categoria capital de terceiros que no período estudado apresentou significativa redução.

#### 4.2 OPINIÃO DA PESQUISADORA

A realização deste trabalho proporcionou a esta pesquisadora valiosos aprendizados, entre os quais está o conhecimento da demonstração do valor adicionado, importante ferramenta na divulgação de dados relevantes, tanto para sociedade em geral quanto para os profissionais que de alguma forma dela se utilizam.

Foi possível constatar que em meio às empresas estudadas, há aquelas que consistentemente praticam distribuições acima da média.

Por fim, estudar empresas do setor de distribuição energia elétrica brasileiro foi importante, pois se trata de uma área da infra-estrutura de qualquer país e que gera intensos debates, diante da possibilidade de racionamento e também das perspectivas de mudanças de fonte de energia utilizada em função de outras como a energia eólica e a energia solar, por exemplo, que vêm ganhando destaque diante do fenômeno do aquecimento global.

#### 4.3 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Para trabalhos a serem realizados no futuro referente ao tema, recomendam-se os seguintes tópicos:

Realizar pesquisa no mesmo setor da economia com amostra diferente;

Desenvolver semelhante estudo, em outro setor;

Cotejar os resultados com pesquisas realizadas em diferentes setores.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Disponível em: <www.aneel.gov.br> Acesso em: 18 mar. 2008.

ALDAY, Hernan Edgardo Contreras, PINOCHET, Luis Hernan Contreras. **A Relação entre as Dimensões do Marketing para Causas Sociais com as Estratégias Empresariais em busca da Vantagem Competitiva: Um Estudo de Caso.** Anais do 27º Enanpad. Atibaia. Texto em CD-ROM. 2003.

AMBIENTE BRASIL. Disponível em: <www.ambientebrasil.com.br>. Acesso em: 16 Jun. 2008.

BALANÇO SOCIAL. Disponível em <www.balancosocial.org.br>. Acesso em: 29 mar. 2008.

BEUREN, Ilse Maria et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Lei 11.638, de 28 de Dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivo da Lei 6.404 de 15 de Dezembro de 1976.

BONATTO, Aline; MAUSS, César Volnei; MAGALHÃES, Juliano Machado de. **Ética e Responsabilidade Social: um estudo comparativo do balanço social da empresa Eletrocar.** Congresso nacional Enanpad 31º, Rio de Janeiro, 2007.

BOVESPA. Disponível em: < www.bovespa.com.br >. Acesso em: 18 mar. 2008.

BUNEDER, Jorge Luiz. **A grande mudança é a renovação na cultura das empresas.** Revista Expressão, Florianópolis. n.112, p.12, 2001.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Livro verde: promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas.** Bruxelas, 2001.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS: **Pronunciamento Técnico – CPC- 09 Demonstração do Valor Adicionado.** Brasília, out.2008.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da. **Demonstração contábil do valor adicionado-DVA: um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza das empresas para os funcionários.** Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade). Faculdade de Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB.** São Paulo: Atlas, 1998.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa.** São Paulo: Atlas, 1995.

DRUCKER, Peter. **A Administração.** São Paulo: Nobel. 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991

\_\_\_\_\_. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO ETHOS. **Perguntas Frequentes**. Disponível em: < [www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br) > . Acesso em: 16 jun. 2008.

\_\_\_\_\_. **Responsabilidade social empresarial**. Disponível em: <[www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br)> . Acesso em: 16 jun. 2008.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

\_\_\_\_\_. Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

IUDICIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução á Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDICIBUS, Sérgio de.; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das sociedades por ações**: aplicável às demais sociedades. 5. ed. rev.e atual. São Paulo: Atlas, 2000.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **A contabilidade social como ferramenta de informação para a responsabilidade social**. Disponível em: <[www.gestaoambiental.com.br](http://www.gestaoambiental.com.br)>. Acesso em: 16 dez. 2008.

KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balanco Social**: Teoria e Prática, São Paulo: Atlas, 2000.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade Social**. Revista Brasileira de Contabilidade . Brasília: n.120. nov./dez. 1999.

LOPES DE SÁ, Antonio. **Contabilidade e Balanco Social**, 2003. Disponível em: <[www.lopesesa.com.br/contabsoc](http://www.lopesesa.com.br/contabsoc)>. Acesso em: 06 dez. 2008.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 10º. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, José Carlos; REIS, Arnaldo; **Contabilidade Avançada**: Para curso de graduação e concursos públicos .São Paulo : Saraiva, 2006.

MARTINS, Eliseu. **Balanco social**: uma idéia que merece permanecer.Gazeta Mercantil. São Paulo:18 Set. 1997.Caderno A, p.3.

\_\_\_\_\_. **Demonstração do valor adicionado de bancos**. Temática Contábil e Balanços. Boletim IOB, nº15, p. 114- 118, abr., 1993.

\_\_\_\_\_. **Uma nova demonstração contábil**: a do valor adicionado. Temática Contábil e Balanços. Boletim IOB, nº14, 1993.

\_\_\_\_\_. **Uma nova demonstração contábil no projeto de reforma da Lei das S/A**: a do valor adicionado. IOB Informações objetivas. São Paulo: TC boletim 29/1997.

MARTINS, Vinícius Aversari. **Contabilidade Social**: da origem à prática atual (1 parte). Temática Contábil e Balanços. Boletim IOB. São Paulo: n.10. p.1-10, 1999.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo V.. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras**. 14°. ed. rev., ampl.e atual. São Paulo: Frase Editora, 2005.

PEROTTONI, Marco Antônio. , CUNHA, Aromildo Sprinter da. **Balanço Social**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília: ano 26, n.104, p. 12-20, mar./abr. 1997.

QUINTANA, Alexandre Costa; MARTINS, Alex Sandro Rodrigues. **Demonstração do Valor Adicionado**: Contribuindo para o Desenvolvimento Econômico Social das Empresas. Anais do 2º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças e Iniciação Científica em Contabilidade. Florianópolis. Texto em CD-ROM. 2008

REIS, Arnaldo. **Demonstrações Contábeis**: Estrutura e Análise. 2°. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

REIS, Carlos Nelson dos. MEDEIROS, Luiz Edgar. **Responsabilidade social das empresas e balanço social**: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social. São Paulo: Atlas, 2007.

RIBEIRO, Maíra; LISBOA, Lázaro Plácido. **Balanço Social**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, n. 115, jan./fev. 1999.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa Acadêmica**: Como Facilitar o Processo de Preparação de suas Etapas. São Paulo : Atlas, 2007.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do Valor Adicionado**: como elaborar e analisar a DVA. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia de pesquisa aplicada à Contabilidade**: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**: estratégia de negócios focadas na realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2002.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (organização de). **Responsabilidade Social Empresarial**: Teoria e Prática. 2°. Ed. rev., e ampl. Rio de Janeiro: FGV Editora. 2006.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social**: Uma abordagem socio-econômica da contabilidade. Dissertação de Mestrado. FEA/USP, 1984.

TRIPODI, Tony; FELLIN, Philip.; MEYER, Henry J. **Análise da pesquisa social**: Diretrizes para o uso de pesquisa em serviço social e ciências sociais. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

VIEIRA, Maria das Graças. **A ética na profissão contábil**. São Paulo:IOB-Thomson, 2006.

\_\_\_\_\_. **Responsabilidade Social e Balanço Social**: prestação de contas à sociedade. *Revista Catarinense da Ciência Contábil / Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina*. Florianópolis, v.7, n.19, p.9-16, dez 2007/ mar 2008.